



Centro Universitário de Brasília

FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE - FACS
CURSO: PSICOLOGIA

O IBAMA E AS CRIANÇAS DA VILA SÃO JORGE
CHAPADA DOS VEADEIROS - GO

LÍVIA NOGUEIRA MIRANDA

BRASÍLIA
NOVEMBRO/2005

LÍVIA NOGUEIRA MIRANDA

**O IBAMA E AS CRIANÇAS DA VILA SÃO JORGE
CHAPADA DOS VEADEIROS - GO**

Monografia apresentada como requisito para a conclusão do curso de Psicologia do UniCEUB – Centro Universitário de Brasília. Prof. (a): orientador (a) Cynthia Ciarallo.

Brasília/DF, Novembro de 2005

Dedico este trabalho a todos aqueles que acreditaram em mim e que, de alguma forma, me deram forças para chegar até aqui.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a meus pais por terem me incentivado e me apoiado sempre, aos meus parentes e amigos. Entre os amigos, quero destacar a Luiza e a Rosinha por terem me acompanhado por todo o período da faculdade passando por momentos de felicidade e de dificuldade sempre juntas. Agradeço à minha orientadora Cynthia Ciarallo e, ainda, especialmente à professora Virgínia Turra por tudo o que ela já fez por mim e ao Júnior por ter se mostrado presente quando eu precisei. Por fim, agradeço aos moradores da Vila São Jorge por se mostrarem sempre receptivos.

Sumário

Resumo	5
Introdução	6
Capítulo 1: IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e sua relação com o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.	9
Capítulo 2: Histórico de São Jorge – Fase de transição da época do garimpo para o turismo e sua relação com o IBAMA	18
Capítulo 3: Aspectos biopsicossociais do desenvolvimento infantil	26
Metodologia	38
1. Sujeitos	38
2. Instrumento	38
3. Procedimento de Coleta	39
4. Procedimento de Análise	39
Resultado/Discussão	40
1. O desenvolvimento infantil e as interações com representantes do IBAMA	40
2. As crianças de São Jorge e suas imagens acerca do IBAMA	44
a) Regulação	44
b) Punição	47
c) Cuidado com o Parque	49
Conclusão	51
Referências Bibliográficas	53
Apêndice	56

Resumo

A presente pesquisa traz considerações a respeito de um trabalho realizado na comunidade da Vila São Jorge na Chapada dos Veadeiros – GO. Seu objetivo é esclarecer quais as influências que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA tem sobre as crianças residentes nesta comunidade.

Os dados da pesquisa baseiam-se em escritos sobre estudos feitos na Chapada dos Veadeiros, entrevistas com as crianças no local, conversas informais com moradores e pessoas ligadas ao IBAMA, além de outras pesquisas bibliográficas.

A discussão foi feita embasada nos aspectos biopsicossociais do desenvolvimento infantil, onde se observou que a influência do IBAMA sobre as crianças difere da influência sobre os adultos.

Depois de várias viagens feitas com amigos para a Chapada dos Veadeiros, surgiu a curiosidade em conhecer mais profundamente a comunidade de São Jorge. Com o aumento do interesse sobre a cidade, várias coisas foram realizadas, como por exemplo, conversas com moradores da cidade e leitura de pesquisa e histórico do local. Outro fator estimulante foi o conhecimento de um grupo de pesquisa atuante na Vila, que influenciou a curiosidade sobre a comunidade e incentivou um trabalho de pesquisa. A pesquisadora Virgínia Turra percebeu que não havia nada sendo feito diretamente relacionado às crianças e, diante de pessoas que possuem tamanha atração sobre o desenvolvimento infantil, surgiu a idéia de se formar um grupo para estudar as crianças de São Jorge. Desta forma, cada integrante se ofereceu para desenvolver uma pesquisa com aspectos diferenciados, relacionados à infância no município.

Um assunto que despertou grande interesse foi saber qual a Influência que o IBAMA tem sobre as crianças de São Jorge, visto que existem várias pesquisas feitas sobre o tema, porém com o foco direcionado para a população adulta do local. Estas pesquisas existem porque o IBAMA é uma instituição diretamente ligada à comunidade. A sua presença marcante deve-se ao fato de que a área que antes era zona de garimpo, foi tombada como parque nacional e é o IBAMA o responsável por sua implantação e preservação.

De acordo com Diegues (2004), existe uma diferença de percepção entre a comunidade local e o Estado em si com relação à implementação de uma unidade de conservação¹. Para o Estado, a razão maior é a manutenção da natureza em

¹ Unidade de Conservação: área destinada à preservação ambiental

benefício da sociedade nacional, enquanto que para os moradores, o que acontece é que chegam pessoas estranhas que alteram todo o modo de vida que tinham. Do mesmo modo, o período inicial da chegada do IBAMA à cidade foi marcado por muita resistência por parte dos moradores locais, pois com a sua implementação, a vida social e econômica dos moradores modificou consideravelmente, e conseqüentemente, a dinâmica de toda a cidade. Antes da chegada desta instituição, a cidade era procurada apenas por garimpeiros em busca de cristais e várias outras pedras preciosas que podiam ser encontradas no local. Segundo o ex-garimpeiro e morador da Vila, o senhor José Raimundo de Oliveira, 91 anos, o município hoje possui boas pousadas, *campings*, restaurantes e a Associação dos Condutores de Visitantes da Chapada dos Veadeiros – ACVVCV. De forma bastante simples, ele nos conta em seu livro “História dos Garimpos de Cristal da Chapada dos Veadeiros” (2005) que a partir de 1990 até os dias atuais, o recurso é receber o turista.

De acordo com a Lei nº 9.985/2000, art. 11, que estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação, o Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. No caso do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, o que prevalece é o turismo ecológico, que exige o acompanhamento de guias locais. Eles fazem parte da ACVVCV, que são, em sua maioria, ex-garimpeiros que continuam morando na Vila. Essa Associação é organizada pelo IBAMA que patrocina cursos de guias para os moradores locais desde a época em que iniciou a procura das belezas naturais por parte dos visitantes, o que aconteceu em grande massa por volta da década de 90.

Como se pode perceber, o IBAMA está presente de forma marcante na cidade e não se pode negar que houve um impacto visível direcionado ao grupo dos adultos. Desta forma, é interessante saber se o IBAMA possui algum significado para as crianças, visto que elas estão convivendo com a presença do IBAMA no local e ainda poderão seguir os passos dos adultos que lá trabalham. Caso exista algum significado, é importante que se saiba qual é.

Para um melhor entendimento, este trabalho apresenta-se, portanto, dividido em capítulos que abordam alguns tópicos. Primeiramente são apresentados dados relacionados ao IBAMA no que diz respeito a aspectos históricos da institucionalização das áreas verdes no Brasil, abordando a legislação, impacto na vida comunitária do local, criação de parques e retirada de populações para a implementação de área de proteção ambiental. No segundo capítulo encontra-se o histórico da Vila São Jorge com dados sobre a população e sobre a chegada e impacto do IBAMA no local e ainda, mostra como é a relação da comunidade com o IBAMA atualmente. O capítulo seguinte aborda os aspectos biopsicossociais do desenvolvimento infantil, baseado em fatores como a socialização e o próprio desenvolvimento da criança.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e sua relação com o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.

No mundo existem inúmeras Unidades de Conservação, e no Brasil o responsável pela política de criação, valoração e formas de utilização dessas unidades, é o Conselho Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) que, por sua vez, é coordenado pelo IBAMA.

O IBAMA é o resultado da junção de quatro grupos brasileiros que desempenhavam papel importante relacionado ao meio ambiente: Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), Superintendência da Borracha (SUDHEVEA), Superintendência da Pesca (SUDEPE) e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). A lei que deu origem ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis foi a de Nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989.

Este Instituto, como prevê sua missão², tem como finalidade 14 objetivos a serem cumpridos:

- 1. Reduzir os efeitos prejudiciais e prevenir acidentes decorrentes da utilização de agentes e produtos agrotóxicos, seus componentes e afins, bem como seus resíduos;*
- 2. Promover a adoção de medidas de controle de produção, utilização, comercialização, movimentação e destinação de substâncias químicas e resíduos potencialmente perigosos;*
- 3. Executar o controle e a fiscalização ambiental nos âmbitos regional e nacional;*
- 4. Intervir nos processos de desenvolvimento geradores de significativo impacto ambiental, nos âmbitos regional e nacional;*
- 5. Monitorar as transformações do meio ambiente e dos recursos naturais;*
- 6. Executar ações de gestão, proteção e controle da qualidade dos recursos hídricos;*
- 7. Manter a integridade das áreas de preservação permanentes e das reservas legais;*
- 8. Ordenar o uso dos recursos pesqueiros em águas sob domínio da União;*
- 9. Ordenar o uso dos recursos florestais nacionais;*
- 10. Monitorar o status da conservação dos ecossistemas, das espécies e do patrimônio genético natural, visando à ampliação da representação ecológica;*
- 11. Executar ações de proteção e de manejo de espécies da fauna e da flora brasileiras;*

² Missão do IBAMA retirado do site: www.ibama.org.br, acesso em outubro, 2005.

12. *Promover a pesquisa, a difusão e o desenvolvimento técnico-científico voltados para a gestão ambiental;*
13. *Promover o acesso e o uso sustentado dos recursos naturais e*
14. *Desenvolver estudos analíticos, prospectivos e situacionais verificando tendências e cenários, com vistas ao planejamento ambiental.*

O Conselho Nacional do Meio Ambiente estabelece junto ao IBAMA e outros órgãos diretamente relacionados à preservação da natureza resoluções, moções e recomendações que tem como objetivo o melhor desenvolvimento e aprimoramento de atividades e situações relativas ao ambiente em que vivemos.

De acordo com a resolução CONAMA/Nº11 de 03 de dezembro de 1987, o Conselho Nacional do Meio Ambiente declara como Unidade de Conservação várias categorias de Sítios Ecológicos de Relevância Cultural, como por exemplo, estações ecológicas, reservas ecológicas, áreas de proteção ambiental, reservas biológicas e parques municipais, estaduais e parques nacionais.

As Unidades de Conservação, de acordo com a Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, dividem-se em dois grupos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. As Unidades de Conservação, como um todo, são tratadas nesta lei como espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes são legalmente instituídos pelo Poder Público. Possuem objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. O Parque Nacional está incluído na categoria de Unidade de Proteção Integral, e de acordo com o artigo 11º desta mesma lei³:

O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

§ 1º O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.

³ Lei retirada do site do IBAMA: www.ibama.org.br, acesso em outubro, 2005.

§ 3º *A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.*

§ 4º *As unidades dessa categoria, quando criadas pelo Estado ou Município, serão denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal.*

A primeira grande área natural que foi conhecida legalmente por unidade de conservação teve sua base teórica e legal definida na segunda metade do século XIX. Esta primeira unidade foi o Parque Nacional de *Yellowstone* nos Estados Unidos, criado em 1872 que abrange uma área de milhares de hectares na região nordeste de Wyoming. No Brasil, o primeiro parque nacional criado foi o de Itatiaia, em 1937, localizado no estado do Rio de Janeiro com cerca de 300 Km² (Diegues, 2004).

A definição acerca dos objetivos e conceitos de um parque nacional foi discutida na convenção de Londres, em 1933. Esta reunião foi chamada de *Convenção para a Preservação da Flora e Fauna*, que teve como prioridade estes aspectos relacionados a esse tipo de unidade de conservação. Estabeleceram-se então, três características que deveriam ser aceitas mundialmente: são áreas controladas pelo poder público; áreas para a preservação da fauna e flora, objetos de interesse estético, geológico, arqueológico, onde a caça é proibida e que devem servir à visitação pública.

A *Primeira Conferência Mundial sobre Parques Nacionais* aconteceu em Seattle (EUA), no ano de 1962. Os principais assuntos discutidos estavam relacionados ao estímulo à criação de parques nacionais marinhos; à educação ambiental; às pesquisas planejadas; à criação de unidades de proteção para cada espécie ameaçada e à proibição de usinas hidrelétricas dentro dos parques.

A União Mundial para a Natureza (UICN), é uma organização internacional que reúne tanto instituições governamentais como não governamentais, com objetivos direcionados para a problemática da integridade e diversidade da natureza. No ano de 1969, esta União promoveu a sua 10ª Assembléia-Geral, em Nova Delli (Índia), e aconselhou que o conceito de parque nacional fosse aplicado somente: “em áreas onde um ou mais ecossistemas não estejam alterados materialmente pela exploração e ocupação humanas, os sítios geomorfológicos e habitats sejam de especial interesse científico, educacional e recreativo ou que contenham paisagens

naturais de grande beleza; onde a responsabilidade geral caiba ao Estado e onde se permita entrada de visitantes” (Diegues, 2004, p.100).

Um aspecto que deve ser levado em consideração, segundo Diegues (2004) é o da população tradicional, ou seja, aquela que está presente na área onde será tomada como unidade de conservação. Essas pessoas têm toda sua cultura, economia e vida social desenvolvida e intimamente ligada à natureza que está presente em seu dia-a-dia. Desta forma, esta comunidade local pode ser considerada como um fator de perturbação ou até de impedimento para os responsáveis em estabelecer a área como de ambiente direcionado para a preservação. Essa questão da comunidade local esteve presente desde a inauguração do Parque Nacional de Yellowstone.

Ou seja, a partir da abertura do primeiro parque nacional, formou-se mundialmente a idéia de que para ser uma unidade de conservação, a área não poderia ser habitada. Ainda segundo Diegues, este tipo de pensamento não está de acordo com alguns países, pois suas florestas são habitadas por populações ditas “tradicionais”. Como esperado, estas pessoas não sairão facilmente de sua habitação original para a abertura de uma unidade de conservação. Este tipo de desapropriação é motivo de muitos conflitos entre os responsáveis pelas Unidades de Conservação e as populações tradicionais.

A relação entre as populações locais e os parques nacionais começou a ser discutida com maior ênfase a partir do Terceiro Congresso Mundial de Parques Nacionais, em Bali (Indonésia), em 1962. Este congresso colocou em pauta a importância dos direitos das comunidades tradicionais com relação à determinação social, econômica, cultural e espiritual. Foi determinado também que seria imprescindível a participação dessas sociedades no plano de manejo das áreas a serem protegidas em conjunto com as autoridades responsáveis. Uma crítica sobre este congresso apontada por Diegues (2004), aborda que apesar destes avanços em relação às populações tradicionais, nada foi comentado sobre a “existência de populações locais dentro dos parques nacionais dos países do Terceiro Mundo e nem dos conflitos gerados com sua expulsão, ao se instituírem parques nacionais” (p. 101).

De acordo com Diegues (2004), a época em que mais foram criadas unidades de conservação no Brasil, foi no período relativo ao regime militar, nos anos de 1970

a 1986, onde o modelo era totalmente autoritário. Naquela época as unidades eram estabelecidas sem consultar as populações que teriam seu modo de vida afetado.

As populações a serem atingidas pela implantação das unidades de conservação devem ser tratadas como cúmplice, e não como inimigas para que a área de proteção ambiental seja bem sucedida. “(...) já é sabido que as comunidades locais a serem afetadas pela criação de unidades de conservação devem ser tratadas como aliadas e não adversárias da conservação, e que seu alijamento do processo decisório pode transformá-las, no final, em sérias adversárias de uma preservação da natureza malconcebida e maldesenvolvida” (Diegues, 2004, p. 119).

Para que esta relação funcione da melhor maneira possível é necessária uma melhoria na condição de vida das populações que serão afetadas pela criação do parque. Para tanto, é necessário um gasto considerável por parte dos responsáveis pela criação da unidade não só com infra-estrutura adequada, mas também com investimentos sócio-econômicos e culturais que beneficiem essas comunidades.

Se esta relação entre unidades de conservação e população tradicional não estiver devidamente harmônica, pode causar o que chamam de conflito ambiental. Sobre este aspecto, Loureiro e cols. (2005), definem um conflito como “(...) uma situação em que um ator social (individual ou coletivo) se encontra em oposição consciente a outro ator, a partir do momento em que se definem objetivos incompatíveis que conduzem o enfrentamento” (p. 21). Como medida de acordo entre as partes envolvidas num conflito, acrescentam ainda que “O enfrentamento do conflito, tendo por base as potencialidades locais e os pontos de aglutinação dos grupos sociais inseridos em uma determinada situação, gera processos sociais, econômicos e de preservação ambiental viáveis e adequados às necessidades dos atores envolvidos (p. 23). Desta forma, a resolução de casos de incompatibilidade entre duas partes, responsáveis pela área de preservação ambiental e moradores locais, por exemplo, deve ser feita com um acordo que beneficie os dois lados.

Ou seja, a gestão participativa é uma opção que facilita na implementação de uma unidade de conservação, visto que, ao estar incluída nas reuniões e tomadas de decisões a respeito da área de preservação a ser implantada, a população tradicional se sente com uma maior segurança diante de uma situação onde provavelmente modificará todo seu modo de vida. O responsável pela unidade de conservação também será beneficiado, pois, a população nativa tem consciência e

conhecimento de detalhes do local, o que facilita o trabalho do órgão responsável pela preservação da área.

Com relação a esse fator, Rios (conforme citado por Leuzinger, 2002) coloca que:

Essas populações, que viviam e vivem na área transformada em parque ou no seu entorno, têm-na no seu inconsciente e sentem que a área é de sua propriedade coletiva, pertence aos seus antepassados e a elas próprias. Foram elas que desbravaram a área em épocas passadas; foram elas que construíram as picadas de acesso, que mapearam, mesmo que rusticamente, suas entranhas, que lá levaram os primeiros aventureiros e ecoturistas; por que razão o Estado vem agora tirar-lhes a área, expulsando-os dos locais em que, há muito, vivem, proibindo-lhes a entrada no parque e continuação de práticas vindas, muitas vezes, de tempos imemoriais? (...) As populações nativas conhecem infinitamente melhor a área do que os administradores e servidores da unidade (p. 37).

Desta forma, se não houver acordo entre as partes, aumenta a dificuldade de apropriação de uma terra que já possui uma população nativa.

O obstáculo para a implementação de uma unidade de conservação pode ser evidenciado e esclarecido em uma comunidade indígena, por exemplo. Lauriola (2003), sócio-economista do meio ambiente e pesquisador, mostra em seu artigo sobre ambiente e sociedade, todo o processo de implementação do Parque Nacional do Monte Roraima (PNMR). Esta unidade de conservação está localizada justamente dentro da área Raposa-Serra do Sol (TIRSS), que é, de acordo com o Ministério da Justiça, uma Terra Indígena. Um aspecto interessante que é levado em consideração no artigo deste autor supracitado é que "(...) hoje as políticas de conservação da natureza estão entrando em conflito direto com as políticas de preservação do direito à diferença cultural dos povos indígenas".

De acordo com este mesmo autor, o processo de implementação do Parque Nacional do Monte Roraima mostra de forma bem explícita como que as políticas de conservação da natureza podem entrar em conflito com as políticas de preservação da diversidade cultural. Isto é percebido porque muitas vezes os povos indígenas, por exemplo, podem não depender diretamente da natureza que está ao seu redor, porém, ela se torna necessária por sua identidade cultural e sua autodeterminação social.

O PNMR possui uma área de 116.000 hectares e foi criado através do decreto nº 97.887 de 28 de junho de 1989. Porém, a constituição brasileira de 1988

reconhece, no artigo 231 que cabe aos índios (...) os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam. O responsável pelo reconhecimento dos direitos das terras indígenas é o Ministério da Justiça, que o faz através da Fundação Nacional do Índio – FUNAI. Para que seja homologado o processo demarcatório de apropriação de uma terra, é necessário o consentimento e assinatura do Presidente da República.

Segundo mapas incluídos no Plano de Manejo do PNMR, pelo menos duas comunidades indígenas estão inseridas na área demarcada para o parque. “(...) conforme a resolução CONAMA nº 13 de 1990, qualquer atividade que possa afetar a biota da Unidade de Conservação deverá ser obrigatoriamente licenciada pelo órgão ambiental competente, isto é, o IBAMA” (Lauriola, 2003). Se estas normas e restrições forem realmente implementadas, provavelmente aumentarão os conflitos relacionados às populações tradicionais já estabelecidas no local.

O IBAMA está atuando, nesta unidade de conservação, como prevê a sua missão. O problema é de âmbito da justiça, pois ainda não está solucionado o dilema da relação de terras indígenas inseridas nas áreas destinadas à conservação ambiental.

Apesar do IBAMA estar interagindo legalmente no PNMR, Lauriola (2003), cita um aspecto em seu artigo, que mostra que este Instituto atua no parque sem levar em consideração a presença da população indígena no território. Ele aponta isto, dando como exemplo o fator de que os índios e a FUNAI não estão sendo ouvidos, e muito menos participando da elaboração do Plano de Manejo da área, como previsto no Terceiro Congresso Mundial de Parques Nacionais.

A situação deste caso de sobreposição de unidade de conservação e terra indígena não é única e ainda não está solucionada, pois não entraram em acordo de quem deve prevalecer: políticas oficiais de preservação ambiental ou políticas indígenas de preservação cultural. De acordo com dados do IBAMA, existem atualmente, cerca de 28 casos em que terras indígenas estão inseridas em áreas direcionadas para preservação ambiental.

O IBAMA tem a obrigação de impedir a atividade de garimpo para que seja preservado o local onde está acontecendo a extração de minerais e outras pedras preciosas. Esse é o caso da Chapada dos Veadeiros.

Com relação aos benefícios que uma unidade de conservação pode trazer para as comunidades locais, pode-se citar o econômico, por exemplo. No caso do

Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, os moradores da Vila São Jorge – uma das populações mais atingidas pela abertura da unidade de conservação, trocou sua economia baseada no garimpo e agricultura pelo ecoturismo.

Sobre as vantagens da abertura de parques nacionais para a visitação de turistas, Leuzinger (2002) afirma que há um grande interesse por parte do governo em incentivar a abertura desse tipo de unidade de conservação. As atrações de um parque nacional, incentivam a vinda de turistas para o país, e isto, conseqüentemente, auxilia na questão da divulgação do Brasil pelo mundo. Com a divulgação e a demanda de estrangeiros há o incentivo para a geração de empregos baseado no patrimônio natural do país.

Segundo Cavaco, (conforme citado por Silveira 2002, p.95), os turistas respeitam “(...) as capacidades de absorção dos espaços de recepção, em termos naturais, culturais e sociais, promovem a conservação dos recursos locais, físicos e humanos, incluindo de interesse turístico, diminuem custos e elevam benefícios (...)”.

Um fator que deve ser ressaltado é a vontade de alguns turistas em estar em lugares onde possam relaxar, admirar maravilhas cênicas e afastarem-se da intensa atividade diária do seu cotidiano. A presença de turistas é, desta forma, outro aspecto positivo que pode ser obtido com a abertura dos parques nacionais de todo o mundo. Para Leuzinger (2002),

(...) O que o turista e o esportista buscam é um sentimento pleno de realização, é a vitória do ser integral sobre o ser parcial, este entendido como a pessoa carente de realizações pessoais; do emocional sobre o racional; do inconsciente sobre o consciente; do intrinsecamente belo sobre o intrinsecamente não-belo (p. 31).

Pode-se afirmar diante de todos esses aspectos que a abertura de um parque nacional, onde existem moradores tradicionais, é um fator que pode ser considerado de maneira positiva ou negativa. Esta posição dependerá, assim, da forma como está sendo implementada esta unidade de conservação, da maneira como o responsável pela área interage e se relaciona tanto com moradores locais como com os visitantes e como que está sendo conduzida a área destinada à preservação ambiental.

No caso do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, os moradores locais passaram por fases de negação, e atualmente, após a implantação da unidade de conservação e desenvolvimento econômico da cidade, a aceitação é mais visível.

Histórico de São Jorge – Fase de transição da época do garimpo para o turismo e sua relação com o IBAMA

A Vila São Jorge é um pequeno município localizado no estado de Goiás. Com distância até a cidade de Brasília de 230 km, fica ao lado do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros – PNCV. Este Parque tem papel importante na vida da população local, visto que após sua instalação a economia e conseqüentemente a estrutura da Vila São Jorge modificou. Assim como este município, outras pequenas cidades que ficam às margens do Parque ou até mesmo com parte da sua área inserida no território deste, também sofreram influência em menor escala. Próximos ao Parque estão o Município de Alto Paraíso, Colinas do Sul e Cavalcante, por exemplo.

A instalação de uma unidade de conservação, em especial um parque nacional, traz uma série de fatores que devem ser levados em consideração. A formação deste tipo de unidade pode gerar preocupação e inquietação por parte da população pré-existente, pois o público atraído para essa categoria de unidade de conservação é a população externa à área. Tanto os novos moradores, como turistas e responsáveis pela unidade de preservação ambiental, geralmente ignoram as tradições e modificam bruscamente o modo de vida já existente no local.

O caso da Vila São Jorge não foi diferente. Isto ficou claro ao fazer análises de trabalhos e de pesquisas feitas no local e com conversas informais feitas com alguns moradores. As pesquisas estudadas foram as de Melo (1999), Silva (2003) e Novaes (2002), que tratam sobre diversos assuntos relacionados ao Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e comunidades locais. Estes trabalhos fornecem informações pertinentes desde antes da implementação da área de preservação ambiental até os dias atuais, abordando assuntos como a cultura local, a economia, o turismo e trazem, ainda, entrevistas esclarecedoras de moradores, responsáveis pela administração do Parque e pessoas ligadas ao processo de implementação da Unidade de Conservação.

Melo (1999) fez uma pesquisa na região onde divide a implementação da área de conservação em fases de acordo com a aceitação dos moradores e outros aspectos menos relevantes para esta pesquisa. A análise deste trabalho é clara ao

mostrar a fase de negação, por parte dos moradores do local, com relação à chegada do IBAMA que tinha como intenção a implementação de um Parque Nacional – PARNA. A respeito deste assunto a confirmação foi feita através das conversas com moradores residentes da Vila onde alguns apontaram que tiveram receio em mudar de vida.

O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros passou por algumas etapas e modificações até concretizar sua área e função atual. Primeiramente foi chamado de Parque Nacional do Tocantins, relativo ao rio de mesmo nome que passava por esta unidade de conservação. Este Parque Nacional foi criado em 1969 e possuía uma área original que abrangia em torno de 625.000ha. O IBAMA limitou novamente a área e tomou como base o Decreto Nº 70.492, de 11 de maio de 1972 que a reduzia para 171.924,54 hectares e modificou sua denominação para Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros – PNCV (Melo,1999).

O Parque tem uma parte de seu território localizada na região do município de Cavalcante, cidade próxima o município de São Jorge que possui uma área de aproximadamente 7.000 km². Por conta desta sobreposição, no mesmo ano do Decreto citado anteriormente, o Prefeito desta cidade argumentou que no município havia 140 famílias vivendo dentro dos limites do Parque Nacional e que ainda existiam 34 propriedades com diversas benfeitorias, o que dificultava a desapropriação do local para o funcionamento adequado do Parque. Em 1979, a unidade de conservação ainda não possuía uma infra-estrutura adaptada para receber visitantes e a fauna era relativamente pobre em consequência da crescente degradação (Melo, 1999).

Estudos feitos pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, 1980, apontaram degradações excessivas em algumas áreas que faziam parte do Parque Nacional. Portanto, em 17 de novembro de 1981, por meio do Decreto N.º 86.596, a área do Parque foi reduzida novamente e compreende uma área de 60.000 hectares.

Na década de 80 foi instalado o Programa de Desenvolvimento Integrado de Alto Paraíso. Tinha como objetivo o crescimento econômico da região da Chapada dos Veadeiros através da agricultura e do turismo no local. Nesses anos aumentou o fluxo de imigrantes, quadruplicando a população em algumas regiões próximas ao parque, como em Alto Paraíso, por exemplo.

Por fim, o Decreto Nº 99.279 de 06 de junho de 1990, definiu a área do PNCV em aproximadamente 65.514 hectares, declarando as terras delimitadas no Parque como de utilidade pública.

No ano de 1991, os turistas haviam descoberto as belezas cênicas, da Chapada dos Veadeiros, dentre elas, paisagens, trilhas e cachoeiras e, em 22 de março deste mesmo ano, o Departamento de Conservação do IBAMA fechou o Parque para a visitação, alegando a falta de estrutura para a recepção da grande demanda de turistas. Segundo depoimento obtido por Melo (1999), os moradores da Vila já estavam ganhando dinheiro com o turismo no Parque, e se mostraram insatisfeitos com esta decisão tomada pelo IBAMA.

O PNCV foi reaberto para visitação em 1992. Neste mesmo ano foi criada a Associação dos Condutores de Visitantes da Chapada dos Veadeiros – ACVCV. Esta associação foi criada com o princípio de que apenas os associados seriam os guias autorizados para conduzir dentro do Parque. Para o cadastramento, é necessário, até os dias atuais, que cada condutor faça cursos específicos, passando por uma prova final que avalia as condições de ser guia ou não no local. Esta obrigação de que deve ser feito um curso, é de responsabilidade do IBAMA, pois a área é, de certo modo, de risco e não é qualquer pessoa que tem condições de fazer o passeio sem uma orientação prévia, tampouco sem a presença de um guia cadastrado. A respeito da criação da ACVCV, Rodrigues (citado por Silva, 2003, p.56), coloca que:

... a recém-criada Associação de Condutores de Visitantes da Chapada dos Veadeiros dá início ao processo de capacitação e inserção da população local na atividade turística. Com isso, os antigos garimpeiros tornaram-se guias de visitantes ou procuraram engajar nas formas de trabalho impostas pelo novo modelo econômico, abandonando as práticas tradicionais.

A partir da reabertura do Parque e nova estrutura com melhores condições para o recebimento de turistas, a diferença entre a época do garimpo e a época atual se torna mais visível. Aumentou bruscamente o fluxo de turistas na região e também o processo de urbanização das cidades vizinhas (Silva, 2003).

Segundo Leuzinger (2002), o turista busca a satisfação pessoal longe da área urbana. Para ele,

Esses turistas são movidos por diferentes motivações, todas elas, porém, com fundamentos de natureza cultural. Buscam o ambiente natural, para

satisfazer alguma necessidade psicológica ou emocional, condicionada, todavia, à formação cultural da pessoa. Satisfazer uma necessidade de produzir emoção, para compensar a monotonia do trabalho diário; satisfazer uma necessidade de contemplar a beleza cênica da natureza, como forma de satisfazer sua sensibilidade artística (...) A maior parte dos turistas da natureza obedece à voz de seu inconsciente e encontra na natureza os elementos necessários à satisfação de suas mais profundas necessidades (p. 31).

Antes da economia da vila ser fundamentalmente baseada no turismo, a maioria dos moradores sobrevivia de atividades agropecuárias para a própria subsistência e do garimpo. A retirada de minerais era de várias pedras preciosas, principalmente de cristais. A primeira extração aconteceu por volta de 1912, como conta Oliveira (2005). Ao falar na diferença da época do garimpo para a Vila atualmente, este ex-garimpeiro conta que o início do garimpo era de exploração do local, no qual os trabalhadores tinham que percorrer quilômetros e quilômetros até encontrar o que extrair. A partir de 1930 o garimpo obteve um melhor desempenho e promoveu a vinda de mais garimpeiros. Com este aumento populacional, aumentou o comércio na região, provocando o aparecimento de armazém, lojas e bares.

Com as saídas de campo para a Vila São Jorge e também com as observações interativas feitas com vários moradores locais, pode-se perceber a maneira saudosista quando alguns relembram a época em que iam junto para o garimpo com amigos ou familiares. Eles levavam mantimentos necessários para se manterem por um período de 15 a 20 dias no “meio do mato” como dizem, enquanto suas famílias ficavam na cidade. Ao recordar esta época, alguns ex-garimpeiros falam do quanto era gostoso estar rodeado apenas por animais e plantas e acordar ouvindo o som dos pássaros, mesmo que não conseguissem levar uma quantidade satisfatória de pedras para a venda. Histórias engraçadas foram contadas sobre quando aparecia algum animal selvagem enquanto estavam dormindo e, ainda, trouxeram outras lembranças que apontam o quanto foi importante esta época para os que dela participaram. Estas lembranças do Parque na época do garimpo podem ser observadas em entrevista feita por Silva (2003): “Pra mim lá era maravilhoso, tudo bão mesmo. Tudo agradável mesmo. A gente ia no mato, rançava ramo, fazia barraquinha de ramo. A gente balançava nas rede de cipó. Era bão demais, era maravilhoso” (p. 79).

Ao falar da chegada do IBAMA no local, que tinha como meta a implantação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, um dos moradores da Vila disse que os responsáveis por este Instituto não foram bem-vindos, isto porque o que movia a cidade era, principalmente, o garimpo. Se o local onde garimpavam fosse tombado como Unidade de Conservação, eles seriam impedidos de continuar com a extração de pedras preciosas, visto que foi falado para os garimpeiros que aquela era uma atividade que destruía a natureza.

Silva (2003), comenta em sua pesquisa sobre o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e São Jorge um motivo claro do conflito que houve entre a administração do Parque e os moradores locais.

(...) A comunidade de garimpeiros que ali vivia, considerada pelos responsáveis pela gestão do Parque como um entrave a sua administração, é apontada como uma ameaça à diversidade biológica que se pretendia resguardar. Esses “conservacionistas” apresentaram como solução técnica a retirada dos moradores da área e a demolição da Vila. Todavia, o que se verificou posteriormente foi que, em função das pressões dos fazendeiros locais, o Parque foi encolhido, recebendo nova denominação, e a Vila de São Jorge ficou fora dos limites do atual Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (p. 44).

Como fatores negativos no que diz respeito à atuação e relação da direção do parque com a comunidade, Melo (1999), baseado em entrevistas com moradores, aponta: o “confisco” das terras do pessoal do entorno, tirando o seu sustento e não realizando o pagamento das desapropriações; limitação da liberdade dos moradores, que não podem mais ir sozinhos às cachoeiras, fazer piquenique, etc, como o faziam desde sua infância; fechamento do parque em épocas específicas, reduzindo drasticamente a atividade econômica e geração de renda para a população residente na Vila São Jorge e Alto Paraíso; impedimento de retirada de materiais de construção, como areia, cascalho, dentro do parque, o que obriga os moradores a pagar altos fretes para trazer de fora materiais necessários; falta de diálogo e inexistência de canais de participação da comunidade nas decisões do parque e ainda a falta de envolvimento do IBAMA e da administração do parque nos problemas da comunidade.

Com relação aos dias atuais, moradores afirmam que a presença do IBAMA é algo de fundamental importância para os residentes da comunidade de São Jorge.

Sabe-se que a economia do local é basicamente subordinada ao turismo e independente da extração de minerais, visto que a retirada de minerais é considerada um crime e vista como degradação da natureza.

A insatisfação com a chegada do IBAMA foi diminuindo no decorrer da transformação da cidade e hoje os moradores parecem estar, de certa forma, gratos pela presença deste Instituto na comunidade. Isto pode ser percebido através de conversas com a população local, que reside na cidade desde a época do garimpo. Porém, existe a insatisfação por parte dos ex-garimpeiros com relação ao que as pessoas acreditam que é o garimpo. Isto pode ser compreendido com o relato do Oliveira, quando ele conta em seu livro que “... a riqueza aumentou para todos, mas os garimpos e os garimpeiros, bem como suas histórias e memória, passaram a ser difamados e associados à destruição da natureza” (2004, p.10).

Sobre o reconhecimento da população no que diz respeito às mudanças ocorridas nos últimos anos, Melo expõe alguns fatores que ocorreram desde a chegada do IBAMA no local, como por exemplo: o crescimento da população nativa da região, em termos culturais e econômicos; a elevação do nível de vida dos nativos, em comparação a períodos anteriores e a substituição do garimpo de cristal, como atividade econômica, pelo turismo.

Para acontecer toda a transição de local de garimpo para área de preservação ambiental, os funcionários do IBAMA fizeram uma divulgação informal mostrando para os garimpeiros da época que o que eles faziam não era saudável para a natureza. Esta divulgação era feita um a um de maneira que os funcionários encarregados do IBAMA conversavam com os moradores e garimpeiros da Vila, esclarecendo que o que era feito com a atividade de garimpo, trazia muitos malefícios para a natureza.

Como objetivos específicos do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, o IBAMA traz a “preservação do cerrado de altitude (estruturação geomorfológica), da fauna característica e endêmica, das belezas cênicas naturais e das nascentes de vários rios da bacia hidrográfica do Tocantins. Visa interpretação ambiental, o ecoturismo e a preservação de ecossistemas raros no bioma cerrado” (Silva, 2003). Para tanto, com a finalidade de preservar a natureza e ao mesmo tempo não impedir que os moradores continuassem com um trabalho, foi proposto uma espécie de troca: ofereceram cursos de guias turísticos para os residentes locais e de cidades vizinhas, principalmente garimpeiros, com o intuito de que a extração de pedras

preciosas e o desmatamento fossem totalmente banidos. Foi exatamente o que aconteceu. Atualmente é proibida a prática do garimpo na região e os cursos para guias acontecem regularmente.

Com os cursos para guias do Parque, os participantes aprendem, dentre várias coisas, sobre a preservação do meio ambiente. De certa forma, o que faziam com a extração de minérios prejudicava a natureza, pois destruía a vegetação com as jazidas cavadas, ou seja, buracos que serviam para a extração de certos minerais destinados à venda. Para que fosse mantida a natureza do local, o IBAMA, de acordo com seus valores e missão, tem o apoio jurídico e a obrigação de não permitir que isso aconteça. Para tanto, com o desenvolvimento de atrativos turísticos e o incentivo para esta atividade, aumentou consideravelmente a frequência deste público.

A presença marcante e contínua dos turistas na cidade de São Jorge trouxe várias modificações para o local. Atualmente, quem não trabalha como guia turístico, provavelmente desempenha alguma atividade que está relacionada aos visitantes. Com a grande demanda relacionada ao turismo, surgiram várias pousadas, restaurantes e *campings* na Vila.

De acordo com moradores, a cidade fica cheia quando é fim de semana e época de feriado, e que assim é bom, pois os moradores locais conseguem a renda necessária para as suas despesas. Este é um fator que é positivo, pois na época do garimpo a renda do final do mês não era garantida, só existia se conseguissem extrair as pedras e vendê-las. Porém, um fator negativo apontado pelo morador é que apesar de ser boa a presença dos visitantes, eles fazem bastante barulho e se utilizam de drogas na cidade, inclusive na “porta da casa dos moradores”. Por motivos como este que alguns pais não permitem que seus filhos saiam nas ruas livremente como acontece nos dias em que a cidade está “vazia”.

Ao relatar sobre os turistas na cidade de São Jorge, Melo (1999) cita em seu relatório algumas desvantagens que o crescimento desta atividade promoveu, como, por exemplo, aumento da poluição sonora, nos dias de festas, feriados e férias, problemas com o uso de drogas por parte de turistas e também de moradores e mudanças na cultura da região.

De uma maneira geral, pode-se perceber que, principalmente para os adultos, a presença do IBAMA no local, atualmente tem um impacto, de certa forma, positivo.

Essa percepção atual do Parque por parte dos moradores locais pode ser esclarecida em entrevistas feitas por Silva (2003), de onde ele concluiu que “A identificação do Parque como fonte de renda, tanto em relação aos migrantes quanto aos nativos pode ser justificada pelo fato de que, praticamente, todos os moradores da Vila estão economicamente vinculados à atividade turística e o Parque é o sustentáculo dessa atividade “(p. 68).

Porém, apesar desses fatores positivos, existem aqueles que incomodam os moradores que já viviam no local antes de toda a transformação. Isto porque a lembrança da calma do local, o preço das mercadorias, a presença de turistas que fazem barulho desrespeitando os outros, entre outras modificações, alteraram em grande escala a vida dos residentes em São Jorge e áreas próximas ao Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.

Nenhum estudo específico sobre as crianças residentes em São Jorge foi encontrado. Apesar das crianças (com idade até 15 anos) não terem passado por todas as fases de implementação do IBAMA, esta instituição pode representar alguma coisa para elas, visto que, como mostrado anteriormente, ela está inserida em vários contextos relacionados à população como um todo. A exemplo disso tem-se os turistas que aparecem todo final de semana por causa do Parque Nacional, que é administrado pelo IBAMA, tem as proibições de entrada em área de preservação, entre outros fatores.

Aspectos biopsicossociais do desenvolvimento infantil

O desenvolvimento infantil é considerado por vários autores como um estudo complexo. Isto pode ser explicado quando Rappaport, Fiori e Davis (1981), colocam que a psicologia infantil busca “... explicar como é que, a partir de um equipamento inicial (inato), o sujeito vai sofrendo uma série de transformações decorrentes de sua própria maturação (fisiológica, neurológica e psicológica), que, em contato com as exigências e respostas do meio (físico e social), levam á emergência desses comportamentos” (p. 03). A respeito desta dificuldade, Papalia e Olds (2000, p.26) colocam que, “Um dos motivos do desenvolvimento humano ser tão complexo é que as mudanças ocorrem em muitos aspectos diferentes do eu.” Schaffer (1996) coloca também que para um melhor estudo, ele deve:

... fazer justiça a estas complexidades e apresentar a criança como um habitante de um mundo social heterogêneo – um mundo onde, por exemplo, já não basta (como se pensava noutros tempos) descrever o relacionamento com a mãe como se isso pudesse ter em consideração tudo o que existe no desenvolvimento da personalidade da criança. (p. 13).

A respeito deste mesmo assunto, Teixeira (2003), em seu artigo, pontua que para Vigotski, “... uma compreensão adequada do desenvolvimento exige uma análise desse processo em sua essência interna, isto é, uma análise dos condicionantes dos sintomas externos do desenvolvimento psicológico” (p. .

Para um melhor entendimento do assunto, alguns pesquisadores do desenvolvimento humano, separam o estudo infantil em diferentes estágios. De acordo com Papalia e Olds (2000), no desenvolvimento existem pelo menos três aspectos que se entrelaçam: desenvolvimento físico, cognitivo e psicossocial.

Estudiosos profundos do desenvolvimento infantil fazem suas pesquisas baseadas em pelo menos uma dessas áreas, como é o caso de Jean Piaget, que estuda apenas os aspectos cognitivos, ou seja, processos perceptivos e intelectuais dos seres humanos. A respeito dos seus estudos, Piaget (conforme citado por Beard, 1978) “... não acentua a importância da natureza do ambiente...” e ainda “... ignora inteiramente influências afetivas sobre o pensamento....” (p.57 e 58).

Diferente da teoria de Piaget existe a teoria do Behaviorismo, que pontua que “as pessoas são respondedores; o meio controla o comportamento” (Papalia & Olds, 2000, p. 41).

O estudo a respeito do desenvolvimento humano vem sendo aprimorado desde muito tempo, e até os dias atuais, “Nenhuma teoria do desenvolvimento humano é universalmente aceita, e nenhuma sozinha explica todas as facetas do desenvolvimento humano” (Papalia & Olds, 2000, p. 40). Desta forma, as várias teorias existentes trazem para a literatura diversos conceitos com diferentes focos a respeito do mesmo assunto.

Vigotski buscou em seus estudos descrever e explicar as funções psicológicas superiores utilizando o sistema de signos. Ele “acreditava que a internalização dos sistemas de signos produzidos culturalmente provoca transformações comportamentais e estabelece um elo de ligação entre as formas iniciais e tardias do desenvolvimento individual” (Vigotski, 2003, p. 9 e 10).

Para esta pesquisa, a estrutura de estudo utilizada por Papalia e Olds (2000) é interessante, visto que esses autores estudam separadamente cada zona de desenvolvimento, cabendo ressaltar aqui que os diferentes aspectos – físico, cognitivo e social - estão intimamente entrelaçados.

Com relação aos aspectos explicitados por Papalia e Olds (2000), no que diz respeito ao desenvolvimento físico, pode-se dizer que ele é caracterizado pelas “... mudanças no corpo, no cérebro, na capacidade sensorial e nas habilidades motoras.” Ao falar da área cognitiva, estes autores colocam “As mudanças na capacidade mental – tais como aprendizagem, memória, raciocínio, pensamento e linguagem...” e sobre a “maneira peculiar e relativamente consistente de uma pessoa sentir, reagir e se comportar...” e “as mudanças nos relacionamentos com os outros”, são classificados como desenvolvimento psicossocial (p.26).

Papalia e Olds (2000) separam o ciclo de vida humano em oito períodos: “(1) pré-natal, (2) primeira infância, (3) segunda infância, (4) terceira infância, (5) adolescência, (6) o jovem adulto, (7) meia-idade e (8) terceira idade” (p. 26).

Os sujeitos participantes da pesquisa na Vila São Jorge foram crianças com idades variando entre 8 e 12 anos, que são classificadas de acordo com a terceira infância. Como para ter uma melhor compreensão sobre um período de vida é interessante entender os períodos anteriores, tornam-se relevantes para este trabalho, os períodos um ao quatro.

O período um foi classificado desde a concepção da criança até seu nascimento. Como principais características do desenvolvimento neste período, Papalia e Olds (2000, p. 27) apontam: “Formação da estrutura e órgãos corporais básicos. O crescimento físico é o mais rápido de todos os períodos. Grande vulnerabilidade às influências ambientais”.

Com relação à fase dois – primeira infância – que é classificada do nascimento até os três anos de idade, foram listadas características como:

- *O recém-nascido é dependente porém competente.*
- *Todos os sentidos funcionam no nascimento.*
- *Crescimento físico e desenvolvimento das habilidades motoras são rápidos.*
- *Capacidade de aprender e lembrar está presente, até mesmo nas primeiras semanas de vida.*
- *Compreensão e fala se desenvolvem rapidamente.*
- *Autoconsciência se desenvolve no segundo ano.*
- *Apego aos pais e a outros se forma aproximadamente no final do primeiro ano de vida.*
- *Interesse por outra criança aumenta. (p. 27)*

Segunda infância foi o nome dado à terceira classificação, que engloba as idades entre três e seis anos. Papalia e Olds (2000, p. 27) apontam como características desta fase, os seguintes fatores:

- *Força e habilidades motoras simples e complexas aumentam.*
- *Comportamento é predominante egocêntrico, mas a compreensão da perspectiva dos outros aumenta.*
- *Imaturidade cognitiva leva a muitas idéias ilógicas acerca do mundo.*
- *Brincar, criatividade e imaginação tornam-se mais elaborados.*
- *Independência, autocontrole e cuidado próprio aumentam.*
- *Família ainda é o núcleo da vida, embora outras crianças comecem a se tornar importantes.*

No que diz respeito à fase que está relacionada aos sujeitos da pesquisa – terceira infância – esses autores (p.27) classificam como sendo as crianças com idades que variam entre seis e doze anos. Como principais características do desenvolvimento nesta etapa, é colocado:

- *Crescimento físico diminui.*
- *Forças e habilidades físicas diminuem.*

- *Egocentrismo diminui.*
- *Crianças passam a pensar com lógica, embora predominantemente concreta.*
- *Memória e habilidades de linguagem aumentam.*
- *Ganhos cognitivos melhoram a capacidade de tirar proveito da educação formal.*
- *Auto-imagem se desenvolve, afetando a auto-estima.*
- *Amigos assumem importância fundamental.*

De acordo com Papalia e Olds (2000), o período pré-natal é considerado o início da vida humana. A partir do momento em que o óvulo é fecundado por um espermatozóide, pode-se afirmar, de acordo com o estudo da biologia humana, que se dá o início do desenvolvimento da criança. Sobre este período a genética estuda a hereditariedade, ou seja, as características do indivíduo que são herdadas de seus pais biológicos. Dentro destas características, pode-se destacar desde as físicas até o intelecto e personalidade. Porém, “A hereditariedade sozinha, evidentemente, não define um ser humano; influências ambientais também são importantes” (Papalia & Olds, 2000, p. 59).

Sobre esta fase, Rappaport e cols. (1981), afirmam que grandes quantidades de substâncias passam através da placenta para o feto. Portanto, “Alterações na fisiologia da mãe produzem mudanças no feto...” (p.04).

O próximo período é o do nascimento até os três anos, que é quando a criança sofre muita influência de fatores genéticos, pois, é nesta fase que ela passa por um desenvolvimento físico bastante acelerado, dependendo, assim, da maturação biológica. Além do forte efeito genético, a criança também está sensível à atuação ambiental (Rappaport, Fiori & Herberg, 1981). A respeito dessas influências, Papalia e Olds (2000) acrescentam que a interação social com os pais e outros adultos é importante para o desenvolvimento da linguagem do bebê.

A respeito da iniciação da fala para a criança, Vigotski (2003), acredita que “Antes de controlar o próprio comportamento, a criança começa a controlar o ambiente com a ajuda da fala. Isso produz novas relações com o ambiente, além de uma nova organização do próprio comportamento” (p. 33).

Para Piaget que divide o desenvolvimento cognitivo em três etapas, os primeiros dezoito meses da criança - caracterizado pelo aparecimento da fala, corresponde ao período de inteligência sensório-motora. Este período é de grande

relevância, visto que é nele que é formada a base de todos os progressos cognitivos. (Beard, 1968). Tem-se, então, "... uma criança capaz de agir no mundo, mas não ainda capaz de criar soluções para os mais variados problemas que tem que enfrentar" (Herzberg, 1981, p. 73).

Ainda na primeira infância, no que diz respeito ao senso de identidade, Papalia e Olds (2000) defendem a idéia de que aproximadamente na metade do segundo ano de vida, a criança expressa suas personalidades e inicia sua interação com os outros. Ou seja, além dos pais e irmãos, a criança desloca sua atenção para outras pessoas.

O que corresponde à passagem da segunda para a terceira fase pode ser considerada de grande importância para Vigotski. Isto porque na fase dois, a compreensão e a fala se desenvolvem rapidamente, enquanto que na terceira fase, força e habilidades motoras simples e complexas aumentam, de acordo com Papalia e Olds (2000), citados anteriormente. A respeito dessas duas características do desenvolvimento, Vigotski (2003), coloca que:

O momento de maior significado no curso do desenvolvimento intelectual, que dá origem às formas puramente humanas de inteligência prática e abstrata, acontece quando a fala e atividade prática, então duas linhas completamente independentes de desenvolvimento se convergem (p.33).

Na fase de três a seis anos, classificada como a terceira fase por Papalia e Olds, a criança continua passando por transformações físicas, porém com ritmo menos acelerado que na fase anterior. É neste período que a capacidade de pensar, falar e lembrar representam papéis importantes em seu desenvolvimento. Além disso, "O quadro da identidade pessoal se define na segunda infância e se torna mais claro e convincente à medida que a pessoa adquire habilidades cognitivas e lida com as tarefas de desenvolvimento da segunda infância, adolescência e, depois, da idade adulta" (Papalia & Olds, 2000, p. 216).

É ainda na segunda infância que o indivíduo começa a se diferenciar e perceber o outro. Ou seja, a respeito da socialização, "Toda evolução mental caminha no sentido de sair de uma situação de egocentrismo total e inconsciente, característica do recém-nascido, para uma percepção muito lenta, porém gradual e

contínua, da existência de outras pessoas e para a colocação de si próprio como um indivíduo entre os demais (Rappaport, 1981, p. 48).

A próxima fase do desenvolvimento da criança é a terceira infância. Nesta etapa, assim como nas anteriores, ela passa por várias transformações nos diferentes aspectos – físico, psicológico e social. De acordo com Papalia e Olds (2000), nessa terceira infância “As crianças desenvolvem mais competência em todos os campos”. Com relação ao desenvolvimento físico, “As crianças tornam-se mais fortes, mais rápidas e mais bem coordenadas; e obtêm grande prazer testando seus corpos e aprendendo novas habilidades” (p. 247 e 252).

A respeito desta fase, Beard (1978), informa que Piaget a classifica como o *Período de Operações Concretas*, a qual engloba as idades que variam mais ou menos entre os sete anos de idade até o período da adolescência. Este período se inicia “... quando ações físicas começam a ser “internalizadas” como ações mentais ou “operações”. E ainda sobre esta fase, Piaget acredita que “coincide com a idade em que o egocentrismo diminui substancialmente e uma genuína cooperação com outras pessoas substitui o brincar isolado...” (Beard, 1978, p. 159 e 160).

Papalia e Olds (2000) colocam a distinção entre o que é fantasia e realidade apontando a diferença entre o período anterior aos sete anos e posterior a este, pontuando que “Até certo ponto, as crianças pré-operacionais sabem diferenciar entre o que é real e o que é imaginário, mas essa capacidade se torna mais sofisticada durante o estágio de operações concretas” (p. 259).

A respeito do real e imaginário nesta fase, Rappaport (1982), baseada em Piaget, acrescenta que:

... à medida que a criança se desenvolve há uma tendência para a atuação no real, para um distanciamento da fantasia, para um maior equilíbrio entre a assimilação e a acomodação. Neste sentido, explica Piaget, a criança encontrará tantos estímulos para seu desenvolvimento intelectual na vida cotidiana, que não mais necessitará refugiar-se na fantasia, abandonando paulatinamente o jogo simbólico (p. 48 e 49).

Pode-se dizer que o desenvolvimento moral da criança também é um fator importante, e a respeito disso, Papalia e Olds (2000) colocam, também apoiados nos estudos de Piaget, que este tipo de desenvolvimento é dividido em dois: moralidade de restrição e moralidade de cooperação. O primeiro estágio pelo qual a criança passa – de restrição – é caracterizado como aquele em que “... a criança pensa de

maneira rígida sobre os conceitos morais” (p. 259). Enquanto que o segundo estágio,

... é caracterizado pela flexibilidade. À medida que as crianças amadurecem, elas interagem com mais pessoas e tem um contato com uma gama cada vez maior de pontos de vista; alguns desses pontos de vista contradizem o que aprenderam em casa. (...) A combinação de experiência e maturação as ajuda a formular seu próprio código moral. Como são capazes de considerar mais de um aspecto de uma situação, elas podem fazer julgamentos morais mais sutis, considerando a intenção por trás do comportamento ao decidir se o mesmo deve ou não ser punido (p. 259).

Com relação ao desenvolvimento cognitivo, Papalia e Olds (2000) colocam que “Assim como os adultos, as crianças podem pensar mais logicamente sobre coisas que já conhecem um pouco. A compreensão de conservação, por exemplo, pode ser proveniente não de novos padrões de organização mental, mas simplesmente de maior experiência com o mundo físico” (p. 259 e 260).

Esses autores acrescentam com relação à memória que “... as crianças em idade escolar são mais capazes de prestar atenção” (p. 260). E que as crianças utilizam-se de recursos mnemônicos como estratégias para lembrar. Dentre vários outros recursos, existe o auxílio pelo externo, ou seja, “sugestões por algo externo à pessoa” (p. 261).

A respeito do desenvolvimento do EU da criança, neste período da terceira infância, o crescimento cognitivo “... permite aos jovens desenvolver conceitos mais realistas e mais complexos de si mesmos e de sua capacidade de sobreviver e ter êxito em sua cultura” (Papalia & Olds, 2000, p. 282).

Como nessa fase ocorre o aumento de contato social por parte da criança com relação a outras pessoas, Rappaport (1982), ao apresentar o assunto sobre o desenvolvimento da criança em idade escolar e adolescentes, coloca que:

...à medida que o pensamento se socializa, as interações com os adultos e companheiros tornam-se realmente cooperativas, permitindo jogos de regras, os esportes grupais, os projetos comuns etc. Enfim, é como se a criança fosse gradualmente saindo de si mesma para um contato cada vez mais efetivo com o ambiente físico e social. E isto se torna possível pelo desenvolvimento de estruturas mentais e de leis de funcionamento destas estruturas que permitem cada vez maior flexibilidade de entendimento, criando melhores condições de troca a nível social (p. 10).

Com relação a essa fase da criança onde é percebido um maior contato social, pode-se colocar que existe, como um dos seus aspectos importantes do desenvolvimento, o chamado desenvolvimento afetivo, que a crianças traz desde quando sua relação era principalmente baseada na figura materna. Nesse período relacionado à terceira infância, este tipo de desenvolvimento está intimamente relacionado com a cognição. A respeito do afeto, Wadsworth (1996), coloca, baseado em Piaget que “Durante o estágio operacional concreto, os afetos adquirem uma medida de estabilidade e consistência que não apresentavam antes” (p. 98). Este autor coloca ainda que “O aspecto afetivo tem uma profunda influência sobre o desenvolvimento intelectual. Ele pode acelerar ou diminuir o ritmo de desenvolvimento. Ele pode determinar sobre que conteúdos a atividade intelectual se concentrará” (p.23).

Sobre o assunto de relacionamento social, Fiori (1982) coloca que “A aprendizagem da realidade social começa agora a ser simultaneamente maravilhosa e cruel. Os grupos de companheiros começam a se formar”. Acrescenta ainda que “A configuração que o grupo dá a cada criança em particular é também um traço marcante na configuração inicial da identidade” (p. 06 e 07).

A identidade, portanto, “não é uma coisa pré-existente; é atribuída em atos de reconhecimento social”. E ainda “a transformação da identidade, tanto quanto sua gênese e sua manutenção, constitui um processo social” e “qualquer ‘alternação’ de uma auto-imagem para outra, exige a presença de um grupo que conspire para provocar a metamorfose” (Berger, 1963, p. 113 e 117).

Berger, ao discorrer sobre o papel, identidade e a visão social do indivíduo, coloca que:

... tanto quanto suas ações, suas emoções e sua auto-interpretação são pré-definidas para ele pela sociedade, da mesma forma que sua atitude cognitiva em relação ao universo que o rodeia. (...) A sociedade pré-define para nós esse mecanismo simbólico fundamental com o qual aprendemos o mundo, ordenamos nossa experiência e interpretamos nossa própria existência.

Da mesma forma, a sociedade fornece nossos valores, nossa lógica e o acervo da informação (ou desinformação) que constitui nosso “conhecimento” (Berger, 1963, p. 131).

Bonin (1998) também acredita que o ser humano não pode ser considerado como independente de tudo o que está a sua volta, ele sofre influências do meio. Ou seja, “Para compreender o ser humano, além de estudar seu corpo e sua origem

animal, é necessário pesquisar, principalmente, como ele se constitui em um contexto sociocultural” (p. 58).

Este autor acrescenta ainda que:

O ser humano, ao nascer, traz consigo determinados comportamentos inatos, ligados a sua estrutura biológica. Entretanto, no decorrer do seu desenvolvimento, é moldado pela atividade cultural de outros com quem ele/ela se relaciona. (...) O indivíduo histórico-social, que é também um ser biológico, se constitui através da rede de inter-relações sociais (Bonin, 1998, p. 59).

Ainda a respeito da influência do meio externo, Bonin (1998) coloca que “É importante considerar que, apesar de o indivíduo ser concebido como um produto da história e da cultura⁴, é também um ser intencional e criativo, em constante transformação, e que, coletivamente, pode mudar o próprio processo cultural que o constitui” (p. 70).

Dentre os vários fatores que influenciam a formação e desenvolvimento da criança desde seu nascimento, pode-se citar a educação como um aspecto de grande importância. A respeito desse assunto, Vigotski coloca que “De fato, aprendizado e desenvolvimento estão inter-relacionados desde o primeiro dia de vida da criança” (2003, p. 110). Este pensador acrescenta ainda que:

Koffka e outros admitem que a diferença entre o aprendizado pré-escolar e o escolar está no fato de o primeiro ser um aprendizado não sistematizado e o último um aprendizado sistematizado. Porém a sistematização não é o único fator; há também o fato de que o aprendizado escolar produz algo fundamentalmente novo no desenvolvimento da criança (2003, p.110).

A interação entre as crianças e uma pessoa adulta, de acordo com Vigotski (2003), tem papel fundamental para o desenvolvimento infantil, principalmente no que se relaciona ao seu aprendizado. Para este mesmo autor, existe um conceito chamado de *Zona de Desenvolvimento Proximal* que está diretamente relacionado ao aprendizado infantil. E a respeito deste conceito, este estudioso coloca que é considerada

⁴: “O termo cultura pode ser definido inicialmente de maneira simples, como um conjunto de hábitos, instrumentos, objetos de arte, tipos de relações interpessoais, regras sociais e instituições em um dado grupo.” BONIN, L. F. R., “Indivíduo, Cultura e Sociedade” em *Psicologia Social Contemporânea*, Petrópolis – RJ: ed. Vozes, 1998, p. 60.

...(a) distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes (p. 112).

Isto que é colocado em seu conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal, caracteriza a diferença entre o desenvolvimento real e o desenvolvimento proximal. Cabe ressaltar que o real são os “produtos finais do desenvolvimento” e o proximal “define aquelas funções que ainda não amadureceram, mas que estão em processo de maturação, funções que amadurecerão, mas que estão presentes em estado embrionário” (Vigotski, 2003, p. 113).

Para esta pesquisa, além desses aspectos cognitivos, a educação ambiental, ou seja, aquela diretamente relacionada à natureza é de extrema relevância, visto que este tipo de educação é caracterizada por:

... contemplar as inter-relações do meio natural com o social, incluindo a análise dos determinantes do processo, o papel dos diversos atores envolvidos e as formas de organização social que aumentam o poder das ações alternativas de um novo desenvolvimento, numa perspectiva que priorize novo perfil de desenvolvimento, com ênfase na sustentabilidade socioambiental (Jacobi, 2003).

Desta forma, como as crianças residentes na Vila São Jorge estão em contato direto e diário com a natureza, estes aspectos relacionados à educação ambiental tornam-se de grande relevância para suas concepções pessoais. A respeito desta área de educação, Jacobi (2003), coloca que:

Refletir sobre a complexidade ambiental abre uma estimulante oportunidade para compreender a gestação de novos atores sociais que se mobilizam para a apropriação da natureza, para um processo educativo articulado e comprometido com a sustentabilidade e a participação, apoiado numa lógica que privilegia o diálogo e a interdependência de diferentes áreas de saber. Mas também questiona valores e premissas que norteiam as práticas sociais prevalecentes, implicando mudança na forma de pensar e transformação no conhecimento e nas práticas educativas.

E Jacobi (2003), ainda acrescenta em seu artigo como benefícios desta educação, “promover o crescimento da consciência ambiental, expandindo a possibilidade de a população participar em um nível mais alto no processo decisório,

como uma forma de fortalecer sua co-responsabilidade na fiscalização e no controle dos agentes de degradação ambiental” (p. 200).

Se as informações a respeito do ambiente, assim como qualquer outro tipo de informação forem transmitidas de alguma forma para as crianças, elas podem internalizar e conscientizar estes conhecimentos, como mostra Reigota, Pádua e Tabanez, citados por Jacobi (2003), quando este coloca que:

... segundo Reigota (1998), a educação ambiental aponta para propostas pedagógicas centradas na conscientização, mudança de comportamento, desenvolvimento de competências, capacidade de avaliação e participação dos educandos. Para Pádua e Tabanez (1998), a educação ambiental propicia o aumento de conhecimentos, mudança de valores e aperfeiçoamento de habilidades, condições básicas para estimular maior integração e harmonia dos indivíduos com o meio ambiente (p. 199).

A respeito dos vários fatores auxiliares para os ensinamentos da educação ambiental, pode-se colocar que,

... (o) eixo de atuação da educação ambiental deve buscar, acima de tudo, a solidariedade, a igualdade e o respeito à diferença através de formas democráticas de atuação baseadas em práticas interativas e dialógicas. Isto se consubstancia no objetivo de criar novas atitudes e comportamentos diante do consumo na nossa sociedade e de estimular a mudança de valores individuais e coletivos (Jacobi, 1997, citado por Jacobi, 2003).

Este autor, a respeito da aprendizagem ambiental, acrescenta ainda que “Trata-se de um aprendizado social, baseado no diálogo e na interação em constante processo de recriação e reinterpretação de informações, conceitos e significados, que podem se originar do aprendizado em sala de aula ou da experiência pessoal do aluno” (Jacobi, 2003).

Portanto, após todas essas informações anteriores, cabe ressaltar que,

*O desenvolvimento está sujeito a muitas influências. Algumas são provenientes da **hereditariedade** – a herança genética inata que os seres humanos recebem de seus pais biológicos. Outras provém do **ambiente** externo, o mundo fora da pessoa, que inicia no útero. Mas essa distinção logo desaparece: as pessoas mudam seu mundo mesmo enquanto são por lês influenciados (Papalia & Olds, 2000, p. 28).*

Papalia e Olds (2000) acrescentam ainda que, "... mesmo que um traço seja fortemente influenciado pela hereditariedade, o ambiente pode muitas vezes ter o impacto substancial, uma vez que as influências genéticas são imutáveis" (p. 68).

Sendo assim, é importante saber o que as crianças pensam, como elas estão sendo influenciadas e quais são esses fatores que terão algum efeito para seu futuro, visto que elas estarão ocupando lugar dos adultos de hoje. Portanto, no caso da Vila São Jorge, as crianças residentes nesta comunidade, provavelmente serão aquelas que estarão tomando conta de pousadas, restaurantes, *campings* ou estarão sendo guias. E, assim como seus pais, o IBAMA pode ter algum significado relevante para essa construção do seu desenvolvimento sociocultural.

Metodologia

1. Sujeitos:

Foram selecionadas quatro crianças com idades entre oito e doze anos, estudantes da Escola Municipal de São Jorge. São estudantes da 1ª, 2ª e 3ª séries do 1º grau. A escolha dos sujeitos foi feita de forma aleatória, seguindo apenas o padrão de que seriam residentes no município de São Jorge.

	Idade (anos)	Série	Sexo
Sujeito 01	12	3ª	Masculino
Sujeito 02	10	2ª	Masculino
Sujeito 03	8	2ª	Feminino
Sujeito 04	8	1ª	Feminino

2. Instrumento:

O instrumento utilizado foi uma entrevista semi-estruturada, a qual serviu de base para a conversa feita individualmente com as crianças. Com as perguntas, a entrevistadora seguiu os seguintes eixos:

- Se a criança tem conhecimento da presença do IBAMA no município em que mora;
- Se a presença do IBAMA é positiva ou negativa e
- Quais as funções do IBAMA.

3. Procedimento de Coleta:

As entrevistas foram realizadas em outubro de 2005. A escolha dos sujeitos da pesquisa foi feita aleatoriamente pela entrevistadora ao caminhar e conversar com as crianças pela cidade. A entrevista foi feita individualmente na varanda de uma das pousadas do município. O único equipamento utilizado pela entrevistadora foi um gravador.

4. Procedimento de Análise:

A análise partiu do princípio de leituras profundas de todas as entrevistas gravadas, comparando e relacionado umas às outras. Foi tida como base também, uma conversa informal com um dos funcionários do IBAMA, que desempenha algumas atividades com as crianças. Outros fatores que influenciaram a análise das entrevistas foram as observações interativas feitas desde a primeira viagem ao município além do estudo de outras pesquisas feitas no local.

Com relação à discussão dos resultados, o método selecionado foi a categorização das falas das crianças a respeito do IBAMA. Para uma melhor discussão, foram utilizadas teorias do desenvolvimento infantil e ainda, depoimentos dos adultos residentes na Vila São Jorge retirados de pesquisas feitas na comunidade além de conversas informais com estes moradores e com um funcionário do IBAMA.

Resultado/Discussão

O presente estudo permitiu a formação de dois eixos de análise na relação das crianças com o IBAMA: 1) o desenvolvimento infantil e as interações com representantes do IBAMA; 2) as crianças de São Jorge e suas imagens acerca do IBAMA.

1) O desenvolvimento infantil e as interações com representantes do IBAMA

Como citado anteriormente, os sujeitos participantes desta pesquisa possuem idades variando entre oito e doze anos. Nesta fase, as crianças já passaram por várias etapas do seu desenvolvimento biopsicossocial e se encontram, ainda, em várias mudanças. Estas modificações, de acordo com estudiosos da área social (Vygotsky, 2003; Schaffer, 1996; Papalia & Olds, 2000), sofrem influências do meio em que a criança está inserida.

Neste período da vida, as crianças possuem o domínio de algumas habilidades como, por exemplo, a fala e uma maior maturação da área cognitiva (Piaget, citado por Beard, 1978; Papalia & Olds, 2000). Estas capacidades adicionadas à diminuição do egocentrismo, maior agilidade com seu desempenho físico e ainda a maturação da capacidade de memorizar, como explicitado por Papalia e Olds (2000), possibilitam um maior proveito da relação da criança com o ambiente.

As crianças desta pesquisa encontram-se de acordo com as teorias de desenvolvimento infantil supracitadas. Esta conclusão é obtida através da observação e das habilidades percebidas nas crianças durante as atividades realizadas no tempo de pesquisa. Esse fato deve ser ressaltado a fim de compreender posteriormente a adaptação às atividades propostas por um funcionário do IBAMA, que desempenha atividades junto às crianças, com o objetivo de mostrar a importância do respeito à natureza. Rafael – nome fictício utilizado a fim de preservar a identidade desse funcionário, se utiliza de técnicas para o trabalho feito com as crianças que são condizentes com suas etapas de desenvolvimento. Um trabalho realizado de acordo com o desenvolvimento da

criança proporciona uma melhor aquisição de conceitos, ou seja, utilizar técnicas que atinjam as capacidades da criança e respeitem as fases do desenvolvimento infantil e suas especificidades da idade, possibilitam um trabalho coeso e fluente.

Esse aspecto é percebido com clareza quando se observa a descrição das atividades propostas pelo funcionário do IBAMA com as crianças. Um contato atual que as crianças têm com relação ao Parque é feito através de atividades desenvolvidas dentro da área protegida. Essas atividades tiveram seu início no começo do presente ano e são feitas com grupos de aproximadamente 12 alunos no horário da aula, tendo assim, o apoio da escola Municipal. Rafael se apresenta uma vez por semana na escola e leva grupos diferenciados para o passeio. Para esta atividade, ele conta ainda com a ajuda de uma professora - que tem Maria como nome fictício para esta pesquisa -, que o auxilia nos processos desempenhados. Rafael cita que: *“Eu tive quase sempre ajuda da Maria que é a professora, aí ela cuidava mais disso [disciplina dos alunos durante passeio]. Talvez se eu tivesse sozinho, fosse mais difícil...”*.

A atividade feita na área da Unidade de Conservação foi apresentada pelas crianças em seus discursos, quando elas colocam que: *“O Rafael, ele é... ele daqui uns dia ele vai levar nós no Parque...”* e *“O Rafael faz... é... um dia ele foi lá na aula da gente, levou a gente lá pra cachoeira...”*. Essas atividades desempenhadas no passeio são feitas com o auxílio de dinâmicas que acontecem durante a caminhada, onde as crianças entram em contato mais profundo com a natureza. Em conversa com o referido funcionário, este informou que desenvolve dinâmicas com as crianças com a finalidade de provocar nas mesmas, sentimentos de admiração, cuidado e respeito à natureza.

As dinâmicas propostas por Rafael se utilizam de conceitos já integrados ao desenvolvimento da criança. Crianças de oito a doze anos possuem em seu repertório de comportamentos sociais uma capacidade de discernimento entre certo e errado absorvidos não somente no âmbito familiar, mas também em todo o seu meio social. Relembrando Berger (1963):

... tanto quanto suas ações, suas emoções e sua auto-interpretação são pré-definidas para ele pela sociedade, da mesma forma que sua atitude cognitiva em relação ao universo que o rodeia. (...) A sociedade pré-define para nós esse mecanismo simbólico fundamental com o qual aprendemos o mundo, ordenamos nossa experiência e interpretamos nossa própria existência. Da

mesma forma, a sociedade fornece nossos valores, nossa lógica e o acervo da informação (ou desinformação) que constitui nosso “conhecimento” (p. 131 e 132).

A consideração desse aspecto da maturação do desenvolvimento da criança é que possibilita o sucesso das atividades propostas por Rafael. Uma das atividades utiliza-se do silêncio para “ouvir a natureza”. Esta é feita de maneira que as crianças fiquem todas quietas sem emitir nem um ruído sequer, enquanto o Rafael lê uma poesia de sua autoria que fala a respeito da importância de estar em silêncio. A partir desta leitura, as crianças ficam em contato físico com a natureza, tentando aguçá-las, o máximo possível, seus sentidos auditivos e o tato, permanecendo sempre em silêncio. Cabe ressaltar aqui a importância da atenção da criança. E a respeito disso, Rafael tem como seu aliado o fato de que as crianças com idades relativas à terceira infância possuem maior capacidade em prestar atenção nas coisas. (Papalia & Olds, 2000). Com relação à dinâmica do silêncio, as crianças colocaram durante a entrevista que: *“Ele [Rafael] ficou falando pra gente ver o que que tá acontecendo nas árvores, nos bichos... ver o que é que tá acontecendo e anotar no caderno”*.

Relatos das crianças durante conversas informais ocorridas durante a realização da pesquisa mostraram que os bons resultados obtidos nas atividades propostas pelo funcionário do IBAMA não se devem somente ao respeito tido com essas fases do desenvolvimento citadas anteriormente. Certamente esse fator possibilita que haja uma compreensão facilitada dos temas propostos por Rafael, porém outro fator relevante é percebido no desenvolver das atividades. Para tanto, podemos relacionar a possibilidade da relação de afeto entre este funcionário do IBAMA e as crianças, que faz com que elas tenham uma boa absorção de tudo o que é dito. Ou seja, como colocado anteriormente por Wadsworth (1996), o afeto é de grande importância para o aprendizado da criança. Pode-se colocar, também, que através desse relacionamento harmonioso e afetivo entre as crianças e o funcionário do IBAMA, faz com que elas tenham uma visão da instituição personificada no Rafael, ou seja, quando remetidas a lembrar do IBAMA, a figura do Rafael e as atividades propostas por ele são, de maneira geral, lembrados.

Ainda com relação ao aprendizado atual da criança e suas ações futuras podem ser explicadas com a teoria das Operações Concretas de Piaget, supracitadas. A respeito deste assunto, Rappaport (1982), coloca baseado em Piaget que:

(..) na fase das operações concretas, a criança irá adquirir esta capacidade de pensar de maneira lógica, de forma que poderá entender o conteúdo do pensamento de outro sujeito, ao mesmo tempo que sentirá necessidade de transmitir o seu próprio pensamento e de ver sua argumentação aceita por outras pessoas (p.50).

Para tanto, podemos considerar ainda que o funcionário do IBAMA atua na zona de desenvolvimento proximal, de acordo com Vigotski (2003), quando ele, através das atividades desenvolvidas com as crianças, baseadas em seu desenvolvimento real já citado anteriormente, coloca a importância e os cuidados com a natureza. Ou seja, as crianças possuem um conhecimento de acordo com a zona de desenvolvimento real, e o Rafael, como uma pessoa adulta, acrescido do seu carisma e com conhecimentos a respeito da preservação da natureza superior ao das crianças, consegue passar para elas tais informações, através das atividades desempenhadas.

Sendo assim, os passeios e dinâmicas que as crianças participam têm efeito sobre o aprendizado delas, ou seja, as crianças recebem influência do meio, de forma que elas interiorizam esses novos conhecimentos e ainda conseguem transmiti-los para outras pessoas. Se o aprendizado sobre a importância da natureza for passado para outros indivíduos, o funcionário do IBAMA terá atingido seus objetivos relacionados à preservação da natureza – objetivos estes que são de grande relevância para o IBAMA, visto que de acordo com alguns de seus objetivos já citados, é necessário: “Monitorar o status da conservação dos ecossistemas, das espécies e do patrimônio genético natural, visando à ampliação da representação ecológica” e “Manter a integridade das áreas de preservação permanentes e das reservas legais” (site do IBAMA).

A capacidade de memorizar esses conhecimentos e conseguir passá-los para outras pessoas é altamente aceitável para as crianças classificadas como pertencentes à terceira infância, de acordo com Papalia e Olds (2000). Como recurso utilizado para uma melhor memorização das informações recebidas, esses autores colocam que as crianças nesta idade utilizam-se de métodos mnemônicos. No caso do aprendizado do cuidado com a natureza, pode-se colocar que o método utilizado pelas crianças é o dos Recursos Mnemônicos Externos. Ou seja, neste fator de conscientização do ambiente natural, as crianças têm como recurso a ida ao Parque, o que faz com que elas entrem em contato mais profundo com a natureza através das caminhadas e das dinâmicas. Esse contato direto com o objeto

estudado auxilia, de acordo com os autores supracitados, a memorização de tudo o que foi dito. Desta forma, as informações relacionadas à natureza transmitidas pelo Rafael adicionadas ao estímulo visual para as crianças, facilitam o alcance do objetivo de preservação colocado por este funcionário do IBAMA.

De acordo com Vygotsky (2003),

... o aprendizado desperta vários processos internos de desenvolvimento, que são capazes de operar somente quando a criança interage com pessoas em seu ambiente e quando em cooperação com seus companheiros. Uma vez internalizados, esses processos tornam-se parte das aquisições do desenvolvimento independente da criança (p. 117 e 118).

Através das interações das crianças com a cultura de sua comunidade somadas às suas vivências individuais, pode-se chegar a conteúdos relacionados às influências exercidas pelo IBAMA. Através das falas das crianças, foi possível perceber três questões importantes no que se refere ao IBAMA, que serão colocados abaixo.

2. As crianças de São Jorge e suas imagens acerca do IBAMA

Como colocado anteriormente, destacam-se nas falas das crianças entrevistadas, três aspectos relacionados ao IBAMA: a) Regulação; b) Punição e c) Cuidado com o Parque, apresentados e discutidos abaixo.

a) Regulação

O fator regulação é percebido quando o IBAMA proíbe os moradores da Vila São Jorge de desempenharem certo tipo de atividade que não é permitida de acordo com as Leis nº 7.735 de 22 de fevereiro de 1989 e nº 9.985 de 18 de julho de 2000 já citadas anteriormente.

Com relação às crianças, essas regulações foram percebidas em suas falas quando elas colocam que “IBAMA é o que não deixa a gente matar passarinho”, “Eles fica... aí não pode ficar atravessando aquelas cerca lá não...” e “O IBAMA é aqueles que não deixa a gente matar os animais, e não deixa botar fogo na mata...” (trechos das entrevistas com crianças). Apesar de essas falas caracterizarem uma proibição, elas estão embasadas em um sentido positivo de conservação passado para as crianças através das atividades desenvolvidas com o Rafael.

De acordo com Melo (2000) e Silva (2003), os moradores da Vila São Jorge, que presenciaram a implementação do Parque Nacional, demonstram uma

insatisfação com relação à postura assumida pelo IBAMA, visto que quando sua economia era principalmente baseada na extração de minerais, o IBAMA proibiu esta atividade, bem como a liberdade de acesso ao Parque. Atualmente esta visão modificou-se por conta de uma melhor relação entre IBAMA e comunidade.

Como apresentado no início do presente trabalho, o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros está incluído na categoria de Unidade de Proteção Integral, de acordo com a Lei n. 9.985 de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC⁵. Ao seguir as normas ditadas por esta lei, os turistas e a comunidade local, inclusive as crianças, não são autorizados a entrarem em locais pertencentes à área do Parque sem autorização. O parágrafo 2º da lei supracitada é claro ao mostrar que “A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento” (site do IBAMA). Por causa dessa norma, as crianças não têm acesso livre às terras do Parque como tinham seus pais. Em relatos sobre o assunto, as crianças afirmam que: *“Tem a cerca lá.. atravessando lá... eles fica.. aí não pode ficar atravessando aquelas cerca lá não...”*.

Foi percebido que apesar da regulação proibitiva existente as crianças ainda procuram formas de estar em contato com essa natureza sem que haja a necessidade de sair da Vila São Jorge. Ao serem questionadas sobre as cercas existentes em torno do parque, uma das crianças afirma: *“Nós atravessa pra ir prum rio que tem bem ali... o Corquinho que hoje deve ta cheio (...) Só que ali é tudo raso, mas aí a gente atravessa e mais um pouquinho assim tem um rio, que é mais fundo”*.

O trabalho desenvolvido pelo IBAMA propõe a estimulação de uma relação saudável entre indivíduo e meio ambiente. É feito, através das atividades propostas, uma relação de responsabilidade social e convívio pacífico entre natureza e sujeito. Esses aspectos ressaltam na criança a necessidade de uma atuação harmoniosa com a natureza buscando um contato não agressivo com a mesma. Por outro lado, a criança recebe um impedimento legal de entrar em contato com essa natureza – presente, por exemplo, no Parque Nacional. Ao cercar o Parque e estabelecer uma lei que proíbe o acesso do sujeito à área de preservação ambiental, é estabelecido um distanciamento entre o homem e o meio ambiente. Imposto esse isolamento, a

⁵ Lei retirada do site oficial do IBAMA: www.ibama.org.br, acesso em outubro de 2005.

criança se sente imbuída a retirar-se da Vila a fim de estabelecer o contato com as diversidades da natureza local. Relembrando Jacobi (2003), temos que:

Refletir sobre a complexidade ambiental abre uma estimulante oportunidade para compreender a gestação de novos atores sociais que se mobilizam para a apropriação da natureza, para um processo educativo articulado e comprometido com a sustentabilidade e a participação, apoiado numa lógica que privilegia o diálogo e a interdependência de diferentes áreas de saber. Mas também questiona valores e premissas que norteiam as práticas sociais prevalecentes, implicando mudança na forma de pensar e transformação no conhecimento e nas práticas educativas (p. 191).

As crianças como fruto desta sociedade recebem essas influências. Relembrando Bonin (1998), no que diz respeito ao contato social e desenvolvimento da criança, pode-se colocar que: “O indivíduo histórico-social, que é também um ser biológico, se constitui através da rede de inter-relações sociais” (p. 59). Cabe ressaltar que além dos pais, as crianças recebem a influência do representante do IBAMA com as atividades desenvolvidas por ele. Essas atividades parecem ter importância para as crianças, visto que foram citadas várias vezes, tanto em conversas informais como nas entrevistas. Essa influência do trabalho do funcionário do IBAMA parece carregar um aspecto positivo, visto que as formas de regulação são colocadas para as crianças como um ato de cuidado com a natureza, em divergência com as vivências e representações dos adultos da comunidade. Essa mudança na forma de lidar com a natureza pode ser observada no relato do Rafael quando ele coloca que:

Eu acho que é possível que as crianças mudem um pouco os pensamentos dos adultos, né? Eu não faço questão que o IBAMA tenha uma imagem disso ou daquilo, o que eu quero é só que elas, é... compreendam, é que elas são irmãs e amigas dos animais e das plantas.

Desta forma, as colocações sobre a regulação do IBAMA que são expostas pelas crianças e entendidas como um fator positivo, estão baseadas no fator de preservação. Este aspecto positivo pode ser percebido também quando, durante as entrevistas, as crianças ao serem questionadas sobre algo de ruim que o IBAMA tenha feito, foram unânimes em responder: “Nada! Nada...” (entrevista com criança).

b) Punição

Uma outra percepção encontrada nos relatos das crianças é a de que quando não seguidas as regulações impostas pelo IBAMA, se está sujeito a punições. Apesar do sentido negativo desta palavra, percebe-se que a questão da punição está direcionada também à preservação da natureza, e por isso, recebe uma conotação positiva.

Essa idéia de punição percebida nas seguintes falas das crianças: “*Ele [IBAMA] prende... dá multa*” e “*É que é o IBAMA que chama a polícia pra vir prendê, né?*”, tem uma dupla proveniência e uma dicotomia de percepção. Cabe trazer novamente a citação de Papalia e Olds (2000) que diz:

À medida que as crianças amadurecem, elas interagem com mais pessoas e tem um contato com uma gama cada vez maior de pontos de vista; alguns desses pontos de vista contradizem o que aprenderam em casa. (...) A combinação de experiência e maturação as ajuda a formular seu próprio código moral. Como são capazes de considerar mais de um aspecto de uma situação, elas podem fazer julgamentos morais mais sutis, considerando a intenção por trás do comportamento ao decidir se o mesmo deve ou não ser punido (p. 259).

Desta forma é cabível colocar que as crianças da comunidade recebem influências tanto dos seus pais quanto do funcionário do IBAMA. Por parte dos pais são transmitidos dois pensamentos: o da época da implementação do IBAMA e a fase atual onde o IBAMA já está instalado e possui poder.

Com relação à implementação do IBAMA, é interessante colocar o relato de um morador da comunidade citado por Novaes (2002), quando ele expõe que:

Até onde eu gostava de apanhar minha lenha não posso mais porque eles passaram a cerca aí ficou difícil agora... pra mim fazer comida eu tenho que comprar lenha... eles [os turistas] entram aí dentro desse parque, agora os outros é que eles [o IBAMA] não quer que ande... e agora esse parque vem tomar de conta, invadir, porque o que eles fizeram foi invadir... agora eles acha que é pro pobre morrer de fome...? (p. 74 e75).

Percebe-se no relato acima, um sentimento nostálgico com relação a uma liberdade de acesso que hoje não é mais permitida em razão da implementação do IBAMA. Sabe-se que há uma série de motivos pelos quais o IBAMA foi implementado e assim o Parque foi considerado área de preservação, porém, é necessário que se compreenda que uma estrutura social pré-existia à chegada do IBAMA. O Parque era tido como um local, não só de lazer, mas também como um

meio de subsistência. O veto do IBAMA impossibilitou tanto o lazer quanto às possibilidades das famílias em se manter – caça, lenha, “roça”, mineração.

O IBAMA ofereceu, então, como “troca” a possibilidade quase que única, de uma reestruturação da economia com o foco no turismo. A maioria dos ex-garimpeiros, tendo em vista a eminente impossibilidade da venda do cristal, optou por seguir a carreira de guia. Essa escolha, no entanto, não era obrigatória, porém era a alternativa mais viável.

No que diz respeito a esta fase mais atual, pode-se colocar, baseado em entrevistas de Silva (2003), que:

O Parque pra mim significa um lugar, praticamente, assim, não sagrado, mais o lugar onde deve ser preservado. O Parque é onde tira o nosso sustento, né? Se não tivesse o Parque, não tinha turistas. Então pra mim ele tem um grande valor porque é através dele que a gente consegue sobreviver. Se a gente não preservá, ele daqui uns dias tem que fechá e todo mundo vai tê que se mudar daqui, né? (p. 68).

Neste momento pode-se ressaltar uma transformação na visão institucional e social do IBAMA. A entrada desse instituto possibilitou uma visão mais ecológica com relação ao Parque já que para efetivar a condição de guia é necessária uma condição de respeito ao Parque. Os olhares exploratórios foram transformados em olhares de preservação ao ambiente. Os discursos proferidos pelos guias ressaltam, sempre que possível, uma visão modulada pelo IBAMA.

Observando a descrição realizada acima, pode-se ter a impressão de que todo o processo foi desenvolvido com facilidade, porém, toda modificação de uma cultura profissional e social é sempre complexa. Da mesma forma para as crianças, mesmo não estando presentes na época de implementação do IBAMA, sofrem estas duas influências por conta do contato direto com aqueles que passaram por esta fase.

Diferente das influências dos pais, as crianças sofrem também a influência do representante do IBAMA quando ele exerce as atividades em conjunto com a escola. Dessas atividades, as crianças absorvem a idéia de que a natureza precisa ser preservada. Para tanto, é necessário uma certa punição por parte do IBAMA, o que pode ser percebido em seus relatos, quando elas colocam que: “... quando vê uma pessoa destruindo a natureza é pra nós brigar...” e “ Eles prende... Dá multa...”.

Com relação à influência do Rafael, cabe ressaltar a importância do afeto que as crianças despendem a ele. Ou seja, com a relação de afetividade entre o Rafael e as crianças, ele consegue transmitir todas as informações necessárias no que diz

respeito à preservação ambiental, e as crianças conseguem absorvê-las mais facilmente. É importante colocar que uma visão que as crianças têm a respeito do IBAMA possui uma relação íntima com a figura do Rafael.

c) Cuidado com o Parque

As falas referentes a esta categoria aparecem, principalmente, relacionadas ao trabalho de educação ambiental desempenhado pelo Rafael. Isto pode ser percebido no discurso deste funcionário do IBAMA, quando ele, a respeito do seu trabalho, coloca que: “Eu queria que as crianças tivessem consideração pelos animais e pelas plantas. Eu acho que é isso que precisa mais... A gente tem que ter consideração e respeito...” e ainda “(...) E muito legal elas dizerem esse negócio de que elas não podem caçar. Isso tem a força de que... eu já falei com alguns, já falei na escola... (...) é legal, porque eles é que podem acabar com os bichos. (...) Dá pra matar uns cinco por dia, cada pessoa...”.

Percebe-se que a visão que as crianças têm de cuidado com o Parque está diretamente ligada ao discurso do representante do IBAMA, como pode ser percebido em suas falas: “... **é legal porque ele não deixa o homem botar fogo na mata**” e também, “*Pra ele não deixar o homem matar os passarinho... nem matar os animais, nem a jandaia... e num deixá botá fogo na mata...*”. Ou seja, o caráter de preservação da natureza é encarado por elas como algo de grande valor, já que é importante cuidar do Parque “*Porque senão vai acabar com a natureza. Nós vai ficar sem água, sem comida...*” (entrevista feita com criança).

Outro fator interessante é o de que muitos moradores da cidade são guias. Como citado anteriormente, para ter a habilitação de guiar, é necessário passar por um curso, onde um dos principais fatores abordados é a questão da preservação ambiental, que é necessária para o bom funcionamento de um Parque Nacional. As crianças têm contato direto com esses guias, e, portanto, podemos colocar que elas também sofrem influências dessas pessoas.

Desta forma, pode-se colocar que a visão com relação à preservação da natureza, mais precisamente do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, está intimamente ligada às influências de pessoas da comunidade – pais, guias e ainda do Rafael, funcionário ligado à visão do IBAMA.

Ou seja, apesar da influência com sentido negativo do IBAMA advinda de alguns adultos, as crianças também absorvem influências tanto dos guias como do Rafael. Percebe-se que para as crianças, a visão que sobressai é aquela transmitida por esse funcionário do IBAMA, que mostra a importância do cuidado com a natureza, não apenas para a subsistência, mas também enfatizando o respeito pelas plantas e animais.

Conclusão

Após as leituras de várias pesquisas feitas a respeito da Comunidade São Jorge, pode-se confirmar que nada havia sido comentado sobre as crianças residentes no local. O presente trabalho teve como objetivo saber qual que é a visão do IBAMA para estas crianças, visto que esta é uma instituição diretamente relacionada ao Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. E este é, por conseguinte um dos maiores responsáveis pela economia da região. Ou seja, ele carrega esse peso pelo fato de que a economia é quase que inteiramente baseada no turismo e estas pessoas – os turistas, visitam o local em busca, principalmente, das aventuras proporcionadas pelo Parque. As crianças foram escolhidas como objeto de estudo pelo fato de além de não existir nenhuma pesquisa feita sobre elas, eu as tenho com grande admiração e consideração de uma maneira geral.

Com relação à pesquisa, pode-se notar que existe uma diferença de percepção do IBAMA no que diz respeito aos adultos e às crianças. No caso, os adultos vêem essa instituição como sendo algo relacionado ao seu sustento, visto que, após grande modificação, a economia da cidade está diretamente ligada ao turismo, e o IBAMA possui um papel considerável nessa mudança. E ainda existem alguns que percebem essa instituição como algo negativo, pois remetem à época de implementação do IBAMA na comunidade, época esta em que passaram por uma fase de transição carregada de conflitos, que alguns trazem até os dias atuais por não terem se adaptado à nova economia.

Para as crianças, apesar das influências trazidas por seus pais desde a época de implementação do IBAMA, essa instituição possui um significado ligado à conservação e respeito da natureza e a importância que isto tem para o futuro. Este significado quase sempre está relacionado com o trabalho que o funcionário do IBAMA vem desempenhando com as crianças desde o início deste ano. E com a relação afetiva desenvolvida entre esses personagens, pôde-se perceber durante a pesquisa que as influências a respeito do IBAMA que se sobressaem são aquelas transmitidas pelo Rafael, de maneira que a instituição IBAMA parece estar personificada na figura desse funcionário.

Como sugestão para o aprofundamento da pesquisa, é interessante saber quais poderão ser as atitudes tomadas pelas crianças residentes na Vila São Jorge quando elas começarem a atuar na sociedade. Ou seja, pesquisar se elas continuarão transmitindo seus conhecimentos relativos ao IBAMA para os próximos moradores da Vila, fazendo com que a idéia de IBAMA modifique e se distancie daquela visão tida por seus pais. Se isto acontecer, as intenções de cuidado de uma unidade de conservação serão atingidas. Além da visão do IBAMA, é cabível estudar seus comportamentos sociais de uma maneira geral, visto que serão elas que provavelmente ocuparão os lugares dos adultos na Vila. Desta forma, é interessante pesquisar como elas estão sendo influenciadas até chegar ao lugar onde elas serão personagens que influenciarão.

Referência Bibliográfica:

Beard, Ruth Mary. (1978). Como a criança pensa: a psicologia de Piaget e suas aplicações educacionais. (Aydano Arruda, Trad.) São Paulo: IBRASA.

Berger, Peter L. (1986). Perspectivas sociológicas: uma visão humanística. (Donaldson M. Garschagem, Trad.) Petrópolis: Vozes.

Bonin, Luiz Fernando Rolin (2002). Indivíduo, Cultura e Sociedade. Em JACQUES, Maria da Graça Corrêa e Orgs, Psicologia Social (pp. 58-72). Petrópolis: Editora Vozes.

Diegues, Antônio Carlos Sant'Ana (2004). O Mito Moderno da Natureza Intocada. São Paulo: Editora Hucitec.

Fiori, Wagner da Rocha (1981). Desenvolvimento Emocional do Escolar. Em Rappaport, Clara Regina; Fiori, Wagner da Rocha e Davis, Cláudia (Orgs.), Teorias do Desenvolvimento – A idade escolar e a adolescência (pp. 1-45). São Paulo: E.P.U. – Editora Pedagógica e Universitária.

Herzberg, Eliana. (1981). Desenvolvimento Intelectual: período sensório-motor. Em Rappaport, Clara Regina; Fiori, Wagner da Rocha e Herzberg, Eliana (orgs.), Teorias do Desenvolvimento – A infância inicial: o bebê e sua mãe. (pp. 70-89). São Paulo: E.P.U. – Editora Pedagógica e Universitária.

Jacobi, Pedro (2003). Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. Cadernos de Pesquisa 118, 189-206.

Lauriola, Vincenzo (2003). Ecologia Global contra diversidade cultural? Conservação da natureza e povos indígenas no Brasil: O Monte Roraima entre Parque Nacional e terra indígena Raposa-Serra do Sol. Ambiente & Sociedade 1 (6), 165-189.

Leuzinger, Cláudio. (2002). Ecoturismo em Parques Nacionais. Brasília: W. D. Ambiental.

Loureiro, Carlos Frederico B.; Azaziel, Marcus; Franca, Nahyda; Brasileiro, Renata de Faria; Mussi, Sultane M.; Lafaille, Thaís Maria Salmito e Leal, Waleska de Oliveira. (2005). Educação ambiental e gestão participativa em Unidades de Conservação. Rio de Janeiro: IBAMA.

Melo, Mônica Martins de. (1999). A Relação entre Unidade de Conservação e Comunidade do Entorno: Estudo de Caso – Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros – GO. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília.

Moreira, Antonia Silva Paredes (org); Oliveira, Denize Cristina de (org). (2000). Estudos Interdisciplinares de Representação Social. Goiânia: Editora AB.

Novaes, Pedro da Costa. (2002). Da Participação ao Desenvolvimento: Modernidade, Cidadania e Sustentabilidade na Chapada dos Veadeiros. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Oliveira, José Raimundo de. (2005). História do Garimpo de Cristal da Chapada dos Veadeiros. Goiânia: Editora Kelps.

Papalia, D. e Olds, S. W. (2000). Desenvolvimento humano. Porto Alegre: Artmed.

Rappaport, Clara Regina; Fiori, Wagner da Rocha e Davis, Cláudia (Orgs.) (1981). Teorias do Desenvolvimento – Conceitos Fundamentais. São Paulo: E.P.U. – Editora Pedagógica e Universitária.

Rappaport, Clara Regina (1981). Desenvolvimento da Inteligência: período pré-operacional (2-6 anos). Em Rappaport, Clara Regina; Fiori, Wagner da Rocha e Davis, Cláudia (Orgs.), Teorias do Desenvolvimento – A idade pré-escolar (pp. 41-68). São Paulo: E.P.U. – Editora Pedagógica e Universitária.

_____ (1981). Desenvolvimento da Criança em Idade Escolar – período das operações concretas (7-12 anos). Em Rappaport, Clara Regina; Fiori, Wagner da Rocha e Davis, Cláudia (Orgs.), Teorias do Desenvolvimento – A idade escolar e a adolescência (pp. 46-87). São Paulo: E.P.U. – Editora Pedagógica e Universitária.

Schaffer, H. Rudolph. (1996). Desenvolvimento Social da Criança. Lisboa: Instituto Piaget.

Silva, Clarinda Aparecida da. (2003). Paisagem – Campo de Visibilidade e de significação sócio-cultural: Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e Vila de São Jorge. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás, Goiás.

Silveira, Marcos Aurélio Tarlombani da. (2002). Diagnóstico e diretrizes turísticas de municípios mineiros. O caso de Itabirito. Em: Rodrigues, Adyr Balastrieri (org.), Turismo e Desenvolvimento Local. São Paulo: Editora Hucitec.

Site do IBAMA: www.ibama.org.br

Teixeira, Edival Sebastião. (2003). A questão da periodização do desenvolvimento psicológico em Wallon e em Vigotski: alguns aspectos de duas teorias. Educação e Pesquisa 2, 235-248.

Vigotski, Lev. Semenovich. (1998). A Formação social da Mente: o desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores. (Neto, J. C., Barreto, L. S. M., Afeche, S. C. Trad.) São Paulo: Martins Fontes.

Wadsworth, B. J. (1996). Inteligência e Afetividade da Criança na Teoria de Piaget. (Rovai, E. Trad.) São Paulo: Pioneira.

Apêndice

IMAGENS DO IBAMA PARA AS CRIANÇAS

Regulação	Punição	Cuidado do Parque	
<p>IBAMA é o que não deixa a gente matar passarinho</p> <p>Pra não ficar matando os animais</p> <p>Eles fica... aí não pode ficar atravessando aquelas cerca lá não...</p> <p>O IBAMA, ele não deixa as pessoas matar passarinho...</p> <p>Ele não deixa ficar pegando animais...</p> <p>O IBAMA é aqueles que não deixa a gente matar os animais, e não deixa botar fogo na mata...</p> <p>... não deixa cortar as árvores, matar passarinho nem animal....</p>	<p>Ele prende... dá multa</p> <p>Porque tem muita gente que fica “negoçando”, aí eles faz mais é prendê</p> <p>É que é o IBAMA que chama a polícia pra vir prendê, né?</p> <p>E também querem pegar pra prendê...</p> <p>... quando vê uma pessoa destruindo a natureza é pra nós brigar...</p> <p>... o que é que o IBAMA ia fazer? – Prender ele...</p> <p>Eles prende... Dá multa...</p>	<p>Ele...que...que... que fica cuidando do Parque e arrumando tudo.</p> <p>... é legal porque ele não deixa o homem botar fogo na mata.</p> <p>Pra eles tomar os estilingue dos meninos que fica aqui matando passarinho...</p> <p>Não deixar os povo pegá os passarinho...</p> <p>Pra ele não deixar o homem matar os passarinho... nem matar os animais, nem a jandaia... e num deixá botá fogo na mata...</p>	<p>Pra ele cuidar da floresta...</p> <p>Porque senão vai acabar com a natureza. Nós vai ficar sem água,sem comida...</p>

PENSAMENTOS E ATITUDES DO FUNCIONÁRIO DO IBAMA (L)

OBJETIVOS	INICIATIVA	APOIO ESCOLAR
<p>Eu queria que as crianças tivessem consideração pelos animais e pelas plantas. Eu acho que é isso que precisa mais... A gente tem que ter consideração e respeito...</p> <p>Eu acho que é um pouco pretensioso de quem diz assim: as crianças mudam os adultos. Mas eu acho... eu não consigo dimensionar isso e medir até que ponto elas mudam, mas com certeza, a voz de quem diz que entende de educação diz que é assim, né? As crianças mudam os pais, e tal... Então pode ser que no futuro... (...)Eu acho que é possível que as crianças mudem um pouco os pensamentos dos adultos, né? Eu não faço questão que o IBAMA tenha uma imagem disso ou daquilo, o que eu quero é só que elas, é... compreendam, é que elas são irmãs e amigas dos animais e das plantas. Aí com isso, com isso... Isso é o que eu quero! Só que isso é muito forte porque quando elas tem essa consideração e respeito, aí, é... elas quando tiverem o poder, quando forem donas de pousada, guias ou... sei lá o que, aí elas vão ter... decisões, assim, é... importantes pra...parar.</p> <p>(...) E muito legal elas dizerem esse negócio de que elas não podem caçar. Isso tem a força de que... eu já falei com alguns, já falei na escola... (...) é legal, porque eles é que podem acabar com os bichos. (...) Dá pra matar uns cinco por dia, cada pessoa...</p>	<p>Esse ano eu disse: esse ano a gente vai (visitar outras cachoeiras) visitar nem que chova canivete. Agora dia 07 (07/11) vai ter um passeio, agora vai ser com as crianças maiores... Aí eu já tinha falado já com a diretora (da escola Municipal de São Jorge), com o Paulo (funcionário do IBAMA). (...) Agora, com os menores, eu quero ir, a principio, lá na trilha da Siriema (Córrego Preguiça) (...) E aí, eu quero ver se vou com elas a principio nessa. Mas aí a diretora disse: “aí fica ruim pra levá-los, levar os pequenos lá pro Tocantins (Parque Nacional)”. Mas eu acho que não fica não... Eu vou dar um jeito! Se na der, que seja de carro. (...) Dava uma mordomiazinha na volta, talvez. E aí a gente ia curtindo e parando, fazendo umas vivências pra natureza, na natureza... (...)</p> <p>A gente fez uma de fotografia. A gente pegou cada criança... ela era a máquina, pega por outra que era o fotografo. Aí essa máquina ficava de olhos fechados. E aí ela era conduzida pelo fotógrafo. Aí quando encontrava uma paisagem legal, uma coisa legal, virava a cabeça, da máquina pra o objeto, batia no ombro, abria os olhos por uns três segundos e fechava. Aí depois voltava. Aí depois desenhava.</p> <p>Ah! Eu fiz uma coisa com eles sobre o silêncio, que eu achei que tem muita coisa haver com a natureza... (...) Fala que a gente na natureza precisa... precisa estar em silêncio. Precisa falar a linguagem que os outros animais falam. Normalmente a gente fala só quando precisa. E tem que ter normalmente silêncio, né? A linguagem maior é do silencio. Eles ficam quietos de forma geral.</p>	<p>Eu tive quase sempre ajuda da Maria que é a professora, aí ela cuidava mais disso (disciplina dos alunos durante passeio). Talvez se eu tivesse sozinho, fosse mais difícil...</p> <p>Obs.: Esses passeios são feitos no horário de aula das crianças e no horário de expediente do Rafael.</p>

